

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Danilo Santos de Jesus

**MIGRANTES BOLIVIANOS EM SÃO PAULO: UM TERRITÓRIO
“ENTRE-LUGAR” DE PERTENCIMENTOS *VELHOS E NOVOS***

**Dourados – MS
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Danilo Santos de Jesus

**MIGRANTES BOLIVIANOS EM SÃO PAULO: UM TERRITÓRIO
“ENTRE-LUGAR” DE PERTENCIMENTOS *VELHOS E NOVOS***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Área de Concentração: Produção do Espaço Regional e Fronteira), da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Jones Dari Goetttert

**Dourados – MS
2015**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

999 Jesus, Danilo Santos de.

V123e

MIGRANTES BOLIVIANOS EM SÃO PAULO: UM
TERRITÓRIO“ENTRE-LUGAR”DE PERTENCIMENTOS
VELHOS E NOVOS, MS. / Danilo Santos de Jesus. –
Dourados, MS : UFGD, 2015.

100p.

Orientador: Prof. Dr. Jones Dari Göettert

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade
Federal da Grande Dourados.

1. Migração. 2. Entre-Lugar. 3. Bolívia. I. Título.

DANILO SANTOS DE JESUS

**MIGRANTES BOLIVIANOS EM SÃO PAULO: UM TERRITÓRIO “ENTRE-
LUGAR” DE PERTENCIMENTOS VELHOS E NOVOS**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador _____

2º Examinador _____

3º Examinador _____

Dourados, _____ de _____ de _____.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que dele participaram de alguma maneira, aos meus irmãos que me deram o suporte necessário a minha graduação, ao meu pai que sempre me mostrou o caminho do trabalho, a minha companheira Carolina Pedrosa de Brito que é mais do que meu apoio nos momentos difíceis, é quem sabe aplinar os relevos difíceis da vida, um grande beijo em seu coração, e em especial à minha mãe Maria Alice Santos de Jesus que como muitas Marias, desistiu dos seus próprios sonhos para que a família realizasse os seus.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Jones Dari Goettert, pela orientação, paciência, conselhos e, sobretudo, pelas aulas ministradas durante a fase dos créditos do mestrado.

Ao Prof. Cláudio Benito Oliveira Ferraz, que em suas aulas soube apontar diversas formas de pensar/enxergar o mundo.

A Prof^a Flaviana Gasparotti Nunes, pelas aulas ministradas durante o curso, as quais me fizeram (re)pensar minha prática docente e ter um olhar mais cuidadoso diante das questões complexas da educação.

A turma de mestrado em geografia 2013, que criou um ambiente amistoso e colaborativo nas discussões, bem como um companheirismo fiel para os momentos de festa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, que me ofertou amplo suporte em todos os momentos do percurso, propiciando, na medida do possível, recursos para a conclusão deste trabalho.

Aos amigos de toda hora, Raffael Gonçalves (Salame) e sua família maravilhosa.

Aos bolivianos, que me acolheram tão bem durante os dias de entrevistas e que, apesar da desconfiança inicial e do medo ao revelar algumas situações de trabalho e permanência no Brasil, compartilharam de suas vidas para um estranho, e ainda, choraram e jogaram “pelota” com um brasileiro perguntador. À Ermínea e sua família, que me ofereceram grandes sensações de humanidade.

A Máquina
trabalha com secos e molhados
é ninfomaníaca
agarra seus homens
vai a chás de caridade
ajuda os mais fracos a passarem fome
e dá às crianças o direito inalienável ao
sofrimento na forma e de acordo com
a lei e as possibilidades de cada um...

Manoel de Barros

RESUMO

A presente dissertação teve por objetivo discutir o processo migratório pelo qual passaram várias famílias bolivianas que a procura de trabalho, migraram para o Brasil, mais especificamente para a cidade de São Paulo, ganhando grande notoriedade no dia a dia paulistano a partir de 1990. Na discussão sobre o fluxo migratório, foram enfatizados os fatores que causaram essa migração, sendo eles, repulsão e atração, localizados na Bolívia e no Brasil, respectivamente. Estes fatores, ao se conectarem ao ciclo de desenvolvimento vivido pelo Brasil no início dos anos 2000, criaram um canal de migração entre esses dois países e, dentro desse canal, os bolivianos circularam, deixando suas marcas pelo espaço. Contudo, participar desse fenômeno requer do imigrante *des-re-territorializações*, formação de um espaço novo, que não é o espaço de partida, nem o espaço de chegada, é o que se chama de *entre-lugar*. Discutiu-se ainda, por meio de entrevistas e revisão bibliográfica, como essas pessoas se organizaram no Brasil, como (re)arranjaram seus espaços, para que a saudade fosse menor e o trabalho menos árduo. Desse modo, essa reconfiguração dos espaços de trabalho, de moradia e de lazer, acabou por contribuir para que esse migrante construísse no Brasil uma nova morada, que paulatinamente passou de provisória para permanente. Essas territorialidades criadas constituíram a base para que esses migrantes comesçassem a se relacionar com as estruturas sociais, econômicas e institucionais do local de chegada, tornando o território, um “território usado”, configurando fluxos na determinação dos sentidos dos territórios.

Palavras-chave: migração; bolivianos; São Paulo; território; entre-lugar.

ABSTRACT

This master's dissertation discusses the migration process on which many Bolivian families have been through that, searching for a job, migrate to Brazil, particularly to São Paulo State, gaining notoriety on the São Paulo population daily routine from the 1990's. On the migratory flow discussion, the elements that cause migration are emphasized, such as repulsion and attraction, located in Bolivia and Brazil respectively. Such elements, when connected to the development cycle experienced in Brazil on the early 2000's, build a migratory path between the two countries and, moving in this path Bolivians leave their marks on the space, however taking part of this phenomenon requires *des-re-territorialisations* of the immigrant. Formation of a new space, which is not the starting space or the space of arrival is *between-place*. It is also discussed, through interviews and literature review, how those people are organized in Brazil, how they (re) arrange their spaces so the homesickness could be smallest and the labour less strenuous. Thereby, the reconfiguration of the working, living and leisure spaces end up contributing to the migrant to build in Brazil a new dwelling that gradually go from temporary to permanent. Those created territorialities are the basis so the migrants begin to engage with the social, economic and institutional structures of the arrival place becoming the territory to a "used territory", configuration on determining the territories senses.

Keywords: Migration, Bolivians, São Paulo, Territory, *between-place*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.10
Capítulo I – Brasil e Migrações Internacionais	p.18
1. 1. – As migrações internacionais no contexto contemporâneo	p.18
1. 2. – A imigração sul-americana para o Brasil	p.29
Capítulo II – A Migração Boliviana para o Brasil	p.44
2.1. – Dos contextos bolivianos e brasileiros recentes	p.44
2. 2.– Estado, Capital e Trabalho no Brasil e “atração” de migrantes bolivianos	p.55
2. 3. – Bolivianos em São Paulo	p.59
Capítulo III – “Território de Passagem”: Bolivianos e a construção dos espaços	p.73
3. 1. – As relações entre cá e lá Brasil-Bolívia	p.73
Considerações Finais	p.82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p.87

LISTA DE ABREVIATURAS

- CENDA** – Centro de Comunicação e Desenvolvimento Andino
- CRE** - Comissão de Relações Exteriores
- CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito
- CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CLT** – Consolidação das Leis Trabalhistas
- CEDLA** – Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario
- IFET-SP** – Instituto Federal de São Paulo
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- MPT** – Ministério Público do Trabalho
- MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul
- MPF** – Ministério Público Federal
- PLS** – Projeto de Lei do Senado
- PSDB-SP** – Partido Social Democrata do Brasil
- SP** – São Paulo
- SRTE-SP** – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
- SUS** – Sistema Único de Saúde
- UBS** – Unidade Básica de Saúde
- UBS-PARI** – Unidade Básica de Saúde
- USP-SP** – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Localização Kantuta		p.15
Região da Rua Bresser.		p.24
Concentração de estrangeiros.		p.25
Centro de São Paulo, região das tradicional da indústria e comércio têxtil.		p.27
Taxa de desemprego.		p.35
Espacialização dos locais com maior índice de ocorrência de trabalho escravo em São Paulo.		p.41
Direção do fluxo migratório Brasil Bolívia.		p.48
Localização das entrevistas		p.55
Localização UBS - Artur Alvim		p.58
Localização São Paulo		p.65
Localização das entrevistas com a senhora Nadir e alguns bolivianos.		p.76

LISTA DE TABELAS

Tabela de entrevistas realizadas no trabalho de campo		p.11
Tabela casos de		p.40

**escravidão por
bairro**

Tabela dados		p.53
econômicos.		

LISTA DE IMAGENS

FOTO 1		p.22
FOTO 2		p.23
FOTO 3		p.24
FOTO 4		p.26
FOTO 5		p.28
FOTO 6		p.34
FOTO 7		p.42
FOTO 8		p.45
FOTO 9		p.45
Foto 10		p.46
FOTO 11		p.47
FOTO 12		p.52
FOTO 13		p.54
FOTO 14		p.56
FOTO 15		p.57
FOTO 16		p.58
FOTO 17		p.63
FOTO 18		p.63
FOTO 19		p.67
FOTO 20		p.67
FOTO 21		p.68
FOTO 22		p.71
FOTO 23		p.75
FOTO 24		p.76
FOTO 25		p.77
FOTO 26		p.80

INTRODUÇÃO

“[...] não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada [...]” (Bourdieu, 1996).

A presente dissertação propõe o estudo do fluxo de bolivianos e bolivianas que migraram para o Brasil e se estabeleceram, particularmente, na cidade de São Paulo. A constância desse fluxo migratório tem como principal motivo deflagrador a busca por melhores condições de vida e de trabalho, entretanto, nem sempre essas condições são encontradas no Brasil. É importante ressaltar que o fato apontado supracitado não inibe o fluxo de migrantes para a capital paulista. Assim sendo, esse fenômeno provoca no migrante, a constante movimentação à procura de desenvolvimento social, deixando pelo caminho um “rastro” que instiga o questionamento referente ao que ele representa para o migrante¹. Este estudo propõe ainda a investigação das relações desses indivíduos com o espaço paulista, bem como enfatiza de que maneira reproduzem sua existência tão longe da Bolívia.

A construção desse trabalho orientou-se para investigação do fluxo migratório por meio da literatura disponível, assim como dos trabalhos de campo que nortearam o entendimento da condição dos migrantes bolivianos no Brasil, especificamente na cidade de São Paulo. A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas e depoimentos dos migrantes, o que favoreceu a compreensão da migração como um fato constituído por eventos que se iniciam muito antes do deslocamento físico, ou melhor, o contexto vivido pelo migrante antes da partida, sendo que, o caminho e a chegada são elementos do movimento migratório carregados de motivações diversas.

No contexto dessa investigação, entende-se por migrante, um sujeito que para se movimentar no espaço precisa de motivações, que podem ser de ordem econômica,

¹ Para SAYAD (1998), todo migrante é sempre e simultaneamente um emigrante e um imigrante, pois se faz como sujeito que ao mesmo tempo *sai* e *entra* de e em lugares diferentes. Por isso, nos usos dos termos “migrante”, “emigrante” e “imigrante”, estarem sempre considerando a observação do autor.

social e psicológica, isto é, por diversos motivos, ele pode tomar a decisão de migrar para o Brasil.

ENTREVISTA	LOCAL	DATA	Nº DE ENTREVISTAS
1	Rua Pedro Vicente	25/09/2014	8
2	Rua Canindé	26/09/2014	5
3	Rua Araguaia	27/09/2014	24
4	Praça Kantuta	28/09/2014	23
5	Rua Bresser	23/09/2013	4
6	Rua Silva Teles	23/09/2014	12
7	Rua fontes Malheiros	11/10/2013	6
8	Rua fontes Malheiros	18/01/2015	8
9	Rua Dr Urbano Pereira	17/11/2014	22
10	Rua Dr Urbano Pereira	14/09/2014	8

Tabela 1 : entrevistas realizadas no trabalho de campo

Autor: Danilo Santos de Jesus

Nesse sentido, por meio dos relatos gerados por todos os entrevistados, a principal razão encontrada para esse movimento migratório foi à econômica. Com efeito, dessa maneira, emerge o processo de como o migrante se reproduz socialmente, passando de trabalhador rural para trabalhador urbano.

É relevante salientar que, em muitos casos, os espaços de partida são tão empobrecidos e com conjunturas sociais tão extremas que o sujeito/família migrante se desterritorializa da terra natal para tentar uma imediata territorialização no local de chegada, alterando assim o local de partida e também o local de chegada. Para melhor compreensão desse processo, os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e identidade foram utilizados no estudo dos processos migratórios. Os conceitos citados foram escolhidos, pois, demonstram como o migrante paulatinamente vai alterando o espaço em que transita, ao mesmo tempo que, o espaço transitado o altera. Essa relação dialógica constrói a identidade do migrante.

Ademais, é importante destacar que a alteridade da situação de fronteira é carregada pelo migrante e impingida na construção do espaço do próprio migrante por meio de sua cultura, trabalho e vivências, tudo isso foi possível verificar nos depoimentos coletados, os quais contaram boa parte dos processos que os levaram a

migrar, bem como os processos que os mantêm no Brasil. A produção do espaço entrelugar, essa mistura de referências espaciais é reiterada por Mondardo (2009, p. 89) como *Transterritorialidade*, o migrante em sua caminhada carrega consigo bens materiais e imateriais que são a base de sua existência nos locais de chegada.

Nessa direção, salienta-se a busca por melhores condições de vida, sobretudo, oportunidades de emprego, perpassando por diversos aspectos da reprodução social do lado de cá. Destarte, o sujeito que emigra, bem como o que imigra tem sido objeto de estudo de vários campos do saber. Desse modo, nas ciências sociais e na Antropologia, enfatiza-se a questão simbólica da religião na manutenção dos bolivianos em São Paulo e em seu trabalho, assim como a migração dos símbolos, o diálogo intercultural e os processos identitários entre os bolivianos em São Paulo. Talvez a migração de símbolos seja fruto do que Mondardo (2009, p.104) aponta como “um sentimento e/ou situação de inquietação” que a migração provoca no sujeito, e ao chegar ao seu novo espaço de reprodução, esses símbolos são, em grande medida, a conexão entre o lá e o cá.

Em especial, a geografia tenta relacionar o fluxo populacional com os territórios ocupados e transitados, aos quais chamamos de territórios usados. A partir dessa ideia, foi possível traçar um paralelo entre o(s) territórios(s) e o trajeto dos migrantes bolivianos que vieram para São Paulo, e que ao partirem de sua terra natal ao Brasil idealizado, acreditam em uma terra cheia de oportunidades de ascensão social e de trabalho, em razão de suas expectativas de mobilidade social e pelos relatos dos que voltaram ou estão no Brasil, os quais alimentam o fluxo migratório contínuo. Porém, o país encontrado na chegada nem sempre é tão receptivo.

A abordagem do conceito de território se faz necessária e pertinente ao trabalho, pois qualquer fluxo migratório sai e entra de territórios controlados por agentes estatais, simbólicos e etc. Nesse sentido, Raffestin (1993, p. 105) sinaliza que “território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.” Diante desse contexto, todos os seres que interferem na (re)organização de seus espaços, transforma-os em territórios usados. Território usado, “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”.

Portanto, são essas relações que estão em todos os espaços, definindo limites, fronteiras simbólicas e materiais no âmbito espacial.

Para Souza (2010, p.84) há outro olhar que também define território, o que faz uso das relações de poder que moldam o espaço como “local/espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder.” No caso específico da migração de bolivianos e bolivianas para o Brasil, foi possível observar a constante (re) construção de territórios bolivianos nas suas moradias/fábricas e a mediada que eles condicionam esses espaços para melhor viver, concomitantemente, são condicionados pelos espaços, criando uma relação de pertencimento.

Com efeito, no uso e apropriação desses espaços, os migrantes constroem nesses locais, grande parte de seus sentimentos, problemas, sonhos e um presente carregado de passado e idealizações de futuro. Para entender esses processos de formação dos espaços, recorre-se às definições de territórios mencionadas e a percepção quanto à parte simbólica da transformação dos espaços pelos sujeitos, ambas demonstram como a territorialidade, paulatinamente, forma os espaços materiais e simbólicos do migrante num jogo de sobreposição dos signos culturais bolivianos e brasileiros. Logo: ao falar-se em territorialidade estar-se-ia dando ênfase ao caráter simbólico, ainda que ele não seja o elemento dominante e muito menos esgote as características do território.

Adicionalmente, foi possível identificar como a formação de um “território de passagem”, ligando a Bolívia ao Brasil surge, e como esse território parece não considerar as fronteiras político-estatais, pois criam pontos de passagens maleáveis e inter-complementares, como se verificou nos espaços que esses migrantes tentaram (re) construir no Brasil. A formação dos seus espaços de vida é composta por elementos materiais como a sempre presente bandeira da Bolívia, alguns alimentos típicos, as músicas símbolos bolivianas nos ambientes, por exemplo, elas são quase que obrigatórias nas oficinas e vão ditando o ritmo de trabalho, bem como a saudade que mantém a disciplina do trabalhador que sonha em voltar para casa com algum dinheiro.

Ao abordar esses significados que são parte tanto de uma “cosmologia”, construção do entendimento de mundo do migrante, como de uma “cosmografia”, construção espacial do migrante, esta dissertação pontua esse novo lugar e os migrantes em suas concepções sobre o espaço vivido. Assim sendo, alguns bolivianos admitem a

sobreposição das fronteiras como parte de sua estratégia de adaptação ao Brasil, todavia, esta sobreposição influencia as relações de poder entre eles e também entre eles e nós brasileiros, como será discutido no capítulo III. A consequente alteração nos comportamentos dos indivíduos, nesse jogo de poder, é evidenciada no espaço compartilhado que se torna um “fator espacial” nessa quase sempre difícil adaptação.

O espaço como “fator espacial” se apresenta como uma das forças complementares e contraditórias que formam as sociedades, forças estas que modelam tanto o território quanto a sociedade. A comunicação das sociedades com seus espaços, por meio da história, configura seus modos de produção e consequentemente os modos de organização espacial, sendo assim, os obstáculos e contra-obstáculos físicos, biológicos e simbólicos oferecidos pelos espaços, associados às práticas sociais dos migrantes bolivianos em São Paulo produzem territórios e territorialidades diversas que, por sua vez, também são entendidas como elementos formadores dos espaços que recebem esses migrantes.

O entendimento dessas questões se faz necessário à medida que a população migrante se torna cada vez maior e todo contato socioespacial provoca um estranhamento nos dois povos que, de início, se sentem adversários na (re) construção de seus espaços. Em São Paulo, no bairro do Pari, por exemplo, a feira Kantuta é o lugar que especialmente serve como palco para essas relações socioespaciais, uma vez que aos domingos é ponto de encontro de diversos bolivianos que residem na capital paulista. Essa feira, que conta com música ambiente, artigos do vestuário, alimentos típicos e acesso aos serviços como venda de passagens, cabeleireiros, formação de ligas de futebol, agenciadores de trabalho entre outros serviços, formam um “território abrigo, da religiosidade, da família, da festa, do mover-se, do ir e vir entre iguais” (MONDARDO, 2009, p.104).

Desse modo, criou-se ali um território boliviano em São Paulo e essa formação espacial causou grandes impactos na vizinhança, alterando a dinâmica local, bem como o nome da praça Padre Bento. O marco dessa nova titulação desse espaço público se deu no governo municipal de Marta Suplicy, que sob o Decreto nº 45.326, de 24 de setembro de 2004, tornou o nome popular Kantuta em nome oficial:

MARTA SUPPLY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e nos termos do inciso XI do artigo 70 da Lei Orgânica do Município de São Paulo: Art. 1º. Fica denominado Praça Kantuta, código CADLOG 22.653-0, o espaço livre sem denominação delimitado pelas Ruas Pedro Vicente, Carnot e das Olarias e por equipamentos institucionais (Setor 17 - Quadra 105), situado no Distrito do Pari, da Subprefeitura da Mooca. [...] (Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 24 de setembro de 2004).

Inicialmente esses encontros eram feitos em outro lugar, na praça Padre Bento, e remontam o fluxo migratório Bolívia Brasil dos anos 1980. Entretanto, o local de encontro inicial possui um grande fluxo comercial e é densamente povoado. Esses fatos entraram em conflito com o número crescente de barracas bolivianas, ambulantes brasileiros, comércios e indústrias têxteis da região, assim sendo, por essa razão, esses encontros aos domingos tornaram-se inviáveis. Portanto, a mudança do local de encontro foi uma medida necessária e que teve como consequência à fundação da associação boliviana feira Kantuta, conforme é possível ver na imagem abaixo:

Distância entre o Local das feiras.



FIGURA 1: distância entre a antiga feira e a nova feira Kantuta.
Fonte: Google Maps. 2014

O atrito que foi possível observar entre brasileiros e migrantes bolivianos se acirrou e a prefeitura, a pedido da Associação Gastronômica Cultural Folclórica Boliviana Padre Bento, transferiu a feira para o atual local, praça Kantuta, região com grande concentração de oficinas e contigua ao antigo lugar de encontro. Nessa região, observou-se que há grandes empresas, posto de saúde (UBS-PARI), Albergue municipal, conjuntos habitacionais, campo de futebol, escola da polícia militar e Instituto Federal de São Paulo (IFET-SP). Todas essas construções urbanas são médias ou grandes, o que forçou a densidade populacional para baixo e, consequentemente, abrigou sem nenhum transtorno a feira. Outro ponto a ser observado, foi à revitalização dessa área por meio das atividades culturais desenvolvidas pela associação, contudo, alguns moradores compreendem a feira e os bolivianos como invasores.

Logo, muito mais do que o nome da praça foi alterado pelo deslocamento dessa feira. A região do entorno da praça e da estação de metrô Armênia tiveram o fluxo de pessoas aumentado, isto é, nas ruas adjacentes surgiram bares e pequenos comércios, os quais atendem essa nova demanda. O espaço agora comporta muito mais pedestres do que antes, o fluxo de visitantes, seja ele boliviano ou não, deu a região residencial uma nova função urbana, o local se tornou um centro de comércio e com isso, um dos problemas notados por esta pesquisa e relatados pelos moradores foi o aumento da produção de lixo, causando alguns transtornos aos moradores, trabalhadores e estudantes do entorno da praça.

Por conseguinte, ao longo do trabalho, será apresentado, segundo relato de alguns moradores, conforme as entrevistas realizadas nos dias 25; 26; 27 e 28 de Setembro de 2014, o aumento da violência. Para tanto, no entorno da praça, foram colhidas entrevistas em 8 domicílios na rua Pedro Vicente, 5 na rua Canindé, 24 na rua Araguaia. Na rua Pedro Vicente, em frente à praça Kantuta, funciona um comércio de utensílios gerais e bebidas, neste local foram entrevistadas 23 pessoas entre dono, funcionários e clientes, os quais citaram em vários momentos da entrevista, sobre o problema da violência e do tráfico de drogas no local, e ainda, que o processo gerador dessa violência é de responsabilidade dos bolivianos e bolivianas que frequentam o lugar.

O fato apurado e discutido nesta investigação é que os bolivianos são tão vítimas quanto os brasileiros, porque os assaltos que acontecem no local têm como principal alvo os migrantes ilegais que, uma vez assaltados, não procuram a polícia para informar o acontecido, assim como para registrar o boletim de ocorrência. A atitude de não relatar os fatos a polícia, segundo os próprios entrevistados, faz com que esses ladrões circulem pelo local assaltando (às vezes brasileiros), e consumindo drogas. Na análise, foi possível averiguar que o processo gerador da violência é a condição de ilegalidade de alguns imigrantes que frequentam a feira, somada à violência urbana da cidade de São Paulo.

Nessa mesma direção, foi possível observar também o estranhamento dos vizinhos da praça Kantuta, que passaram a enxergar os bolivianos como invasores, chegando ao ponto de fixar uma faixa na praça com o seguinte dizer: “A praça é nossa! Exigimos respeito. Estamos aqui há mais de cem anos”.(SILVA, 2005, p. 40).

Outro conflito observado se deu no espaço de moradia dos migrantes, que sofrem alguns preconceitos e intimidações de seus vizinhos. Essa vizinhança representa, em primeiro momento, os bolivianos como uma ameaça aos empregos dos brasileiros, mesmo sabendo que a relações de trabalho encaradas por eles são, na maioria das vezes, ilegais e “fora” do contexto em que se dão as relações de trabalho na capital paulista, que possui a maior quantidade de trabalhadores com carteira assinada (regularizado) do país. É importante ressaltar que o trabalho desregulamentado e em condições precárias são marcas da exploração da mão de obra boliviana nas confecções paulistas.

Essas relações são indicações de possíveis conflitos com os brasileiros que podem se transformar em estigmas e preconceitos. Associando as pesquisas com os discursos dos migrantes bolivianos, depreende-se que as relações de discriminação surgem junto com o sentimento de pertencer ao lugar em que se vive.

Sobre [relações] as quais se fundem as discriminações em relação àqueles que são recebidos, seja qual for sua nacionalidade, como ‘racionalmente, ou ‘eticamente sobre as quais se fundem as discriminações em diferentes, (SIMON, apud POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998, p.16).

Nessa perspectiva, ao somar a essas complexas relações, às condições degradantes de trabalho e a saudade da terra natal, foi possível observar o

autofechamento do indivíduo e/ou do grupo, como será destacado no capítulo III. A necessidade de estabilização socioeconômica o mais rápido possível, cria nesses sujeitos sociais, um escudo chamado etnicidade que “é vista como uma construção social da pertença [...] que levam os grupos a se distinguir uns dos outros e a organizar suas relações sociais baseadas nestas distinções.” (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998, p.22). Uma vez protegido dentro de sua etnicidade, o migrante, constrói espaços de trabalho, moradia e lazer que se sobrepõem aos espaços vividos pelos brasileiros.

O capítulo I pauta-se em trabalhos de campo feitos na Casa do Migrante, Centro Scallabriano de Migração, Pastoral do Migrante e entrevistas com alguns bolivianos que residem e trabalham em São Paulo-SP. E ainda, são organizados relatos, experiências e imagens para melhor compreensão de como o migrante se posiciona nesse processo de partida da Bolívia e chegada ao Brasil, sobretudo na sua chegada e estabilização em São Paulo.

CAPÍTULO I

Brasil como destino das migrações latino-americanas

1. 1. – O contexto contemporâneo das migrações para São Paulo

O estudo do fenômeno migratório é de competência, dentre outras ciências, também da Geografia, que por meio de seus métodos e, principalmente, de sua visão socioespacial, cujo caráter social se evidencia no processo de compreensão do papel do espaço na regulação das relações sociais de forma multilateral, porém sempre tendo como referência principal a construção do espaço.

Da mesma forma, insistiu Abdelmalek Sayad (1998, p.15), em seus estudos sobre a migração argelina para França, com a qual foi possível traçar um paralelo com as migrações bolivianas para o Brasil. O autor reitera que:

Por certo, a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço físico, nisto, encontra-se relacionada, prioritariamente, com as ciências que buscam conhecer a população e o espaço, ou seja, *grosso modo*, a demografia e a Geografia.

Nessa mesma direção, na rede de relações sociais a que estamos expostos e conectados por redes de informações, relações de trabalho e pelo próprio convívio social e cultural, entende-se que a principal relação entre as sociedades é a de trabalho, pois o modo de vida inaugurado na modernidade aumentou a capacidade produtiva das sociedades. Contudo, algumas delas se especializaram mais do que as outras, e a grosso modo, essa especialização produziu uma divisão social do trabalho que se deu, primeiro, no centro das sociedades européias e suas colônias, e em um segundo momento, internacionalmente.

Essa divisão social do trabalho criou também maneiras diferentes de organização espacial e, a cada mudança nesse modo de produção, houve uma espécie de reorganização espacial. O Brasil, no contexto da especialização produtiva, se manteve na periferia dos centros industriais mundiais, entretanto, na América Latina, é uma referência industrial e científica, por esse motivo, tornou-se um espaço de atração populacional, pois seus ciclos de desenvolvimento econômicos aliados à valorização de

sua moeda, o “Real”, diante das moedas dos países latino americanos, sobretudo a partir dos anos 1990 e com forte valorização no início de 2000, fizeram aumentar significativamente o fluxo de migrantes, como aponta Singer (1990), em alguns de seus estudos, dentre eles destacam-se: “Economia Política da Urbanização”, “Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas”; “Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil”.

Nesse sentido, os anos oitenta e noventa caracterizaram-se pelo processo de reestruturação econômica pelo qual passaram os países da América do Sul. Esse processo definiu-se pela abertura e desregulação das economias, bem como da crescente flexibilização das relações de trabalho (neoliberalismo). Em termos de emprego e de distribuição da renda, os países mostraram, em geral, níveis de desemprego crescentes (SINGER, p.105, 1981)

Na Bolívia, nas capitais departamentais, o desemprego cresceu, mas não de uma forma tão pronunciada, pois a contagem de trabalhadores empregados na Bolívia se dá por meio da taxa global, informal e formal, forçando a taxa de desemprego para baixo, assim sendo, a migração dos bolivianos é explicada, em grande medida, pela busca de mobilidade social e acesso aos serviços sociais brasileiros, haja vista que a maioria dos migrantes bolivianos é proveniente de regiões agrícolas do Altiplano. (SILVA, 1987).

Do mesmo modo, no Paraguai, o desemprego manteve-se em níveis relativamente baixos até 1998, quando passa a crescer, alcançando aproximadamente 15% em 2002. No Chile, em 1980, o desemprego era o maior entre os países da América Sul, alcançando o seu ponto máximo em meados dos anos oitenta, em torno de 15%, para logo cair até fins dos anos noventa, a menos de 7%, devido à inserção, de certa forma, bem sucedida no mercado globalizado. O setor primário, puxado pela mineração foi o grande responsável pelas receitas crescente do PIB chileno, gerando mais empregos, forçando a diminuição do fluxo emigratório, conforme levantamento de dados feito pela CEPAL.

As migrações internacionais podem ser motivadas por diversas questões, sejam elas individuais ou coletivas. Esta dissertação se atém de forma mais contundente as consequências de pressões sobre a mobilidade social, os serviços sociais e principalmente o mercado de trabalho. Além da Bolívia, deve-se considerar a migração

paraguaia que, historicamente, experimentou forte migração a procura de empregos também relacionada às questões de fraco crescimento econômico e desemprego. Nesses países, a dinâmica econômica foi incapaz, nas últimas décadas do século XX, de gerar empregos suficientes para absorver a mão de obra disponível, assim, o desemprego, associado com taxas de câmbio favoráveis, tornou-se parte das estratégias de vida, traço observado nas entrevistas e literaturas que abordam o tema.

A Argentina, nas últimas décadas, mostrou um aumento da migração. Esse fluxo, em primeiro instante, atraiu profissionais acadêmicos e técnicos na década de 60. Nos últimos anos, o país tem atravessado crises sociais e econômicas, favorecendo novos fluxos migratórios, dentre eles, fluxos de profissionais com baixo grau de instrução técnica. Os efeitos do câmbio do dólar e os ciclos econômicos e políticos sobre a migração Argentina destaca-se por um padrão importante, entre 1950 e 1970, pois foi à migração dos argentinos com alta qualificação, diferenciando esse fluxo migratório em relação aos outros vizinhos brasileiros. (www.cedla.org).

O Uruguai, desde décadas atrás, apresenta forte fluxo migratório e isso tem causado grandes problemas na reposição da força de trabalho, os dados são assustadores diante da perda de população, os quais apresentam o forte fluxo de migração anual, estimada em 20.000 pessoas, para uma população de aproximadamente 3,3 milhões, superando o crescimento vegetativo da população do País. (PELLEGRINO, 2002).

O caso das taxas migratórias dos paraguaios residentes no Brasil remete aos processos econômicos e demográficos das últimas décadas nas fronteiras Centro-Oeste e Sul do país. Provavelmente, parte da migração dos paraguaios para o Brasil tenha respondido aos mesmos determinantes da migração de retorno dos “*brasiguaios*” (ALBUQUERQUE, 2010). A presença de trabalhadores paraguaios nas tecelagens paulistas já é bem perceptível na região do Brás, gerando alguns conflitos com os bolivianos que se concentram na rua Coimbra do mesmo bairro. Todavia, a expansão da agricultura comercial na fronteira com o Paraguai associada à modernização da agricultura na região, atrai em primeiro instante, migrantes para região e, em um segundo momento, durante a modernização, acaba por empurrar esses migrantes brasileiros (migração de retorno) e paraguaios para o Brasil.

Nas décadas seguintes, a constante valorização da terra, as expropriações e concentração da propriedade e a pressão sobre os pequenos proprietários, reforçaram o contingente de trabalhadores sem acesso a terra e sem possibilidades de emprego na região. Esse processo de ocupação das terras pelos grandes proprietários e a violência no campo, motivou a migração de paraguaios para São Paulo. (ALBUQUERQUE, 2010).

Nos anos de 1980 e 1990, chegou ao Brasil o segundo fluxo da migração boliviana, é nesta fase migratória que foi possível observar a chegada da maioria dos atuais funcionários da tecelagem paulista, que formaram uma espécie de rede para acomodar o terceiro fluxo migratório que chegou por volta dos anos dois mil. Para Silva (1995), a migração boliviana para o Brasil tem relação direta com uma reorganização do espaço agrário boliviano, que após um processo de reforma agrária, realoca a população do altiplano nas cidades, que sem infraestrutura acabam por repelir esses migrantes. A falta de empregos formais desde os anos 50 e 60, fez com que o governo boliviano promovesse a colonização de suas terras orientais, como parte da sua política de defesa territorial, frente aos avanços do Brasil, que já havia incorporado o estado de Acre durante o ciclo da borracha. Nas décadas seguintes, intensificou-se, na Bolívia, o assentamento de importantes contingentes populacionais, por colonização e imigração espontânea, nos departamentos de Pando e Santa Cruz, que faz fronteira com o Brasil.

Os movimentos migratórios temporários e permanentes dos bolivianos e bolivianas, fazem parte de um conjunto de estratégias de melhoria de vida, que procuram o acesso ao trabalho em diferentes regiões, mas sua presença crescente no Brasil, é principalmente no estado de São Paulo, que marca o papel das redes migratórias e às conexões entre eles, tal como o descreve SILVA (1995).

O principal fator de movimentações de pessoas sobre o espaço se dá a partir de conjunturas econômicas nas duas pontas do fluxo migratório, a condição de pobreza que prejudica a mobilidade social em uma das pontas, somada à condição de riqueza que favorece a mobilidade social da outra ponta, facilita a decisão de migrar: “a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações [...] que acompanham a industrialização aos moldes capitalistas” (SINGER, 1990, p.37).

Dessa forma, suas regiões industriais e comerciais são focos de fluxos populacionais internos e externos, sendo um dos motivos deflagradores desses movimentos territoriais a procura por melhores condições de vida de parcelas da população de países vizinhos, ou mesmo do próprio país. A relativa facilidade de inserção no mercado de trabalho no bairro paulistano do Pari, região central de São Paulo, é vista como uma oportunidade de mobilidade social por parte dos bolivianos que encontram trabalho nas mais diversas áreas da indústria de tecelagem, sobretudo nas funções que exigem menor nível de qualificação da mão de obra.

Nas fotos abaixo, é possível verificar dois dos inúmeros anúncios encontrados pelo bairro que oferecem desde empregos de baixa qualificação até a contratação de uma oficina inteira.



FOTO 1: anúncios de contratação bairro Pari - SP
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

Em entrevista concedida no dia 23 de setembro de 2013, na rua Bresser, que é referência no comércio de tecidos, roupas, peças e assistência para as máquinas de costura e notadamente possui um trânsito muito grande de bolivianos e bolivianas, uma das 4 vendedoras da loja questionada sobre o anúncio existente na porta do estabelecimento, relatou ser comum a terceirização dos serviços de corte e costura na região do Pari.

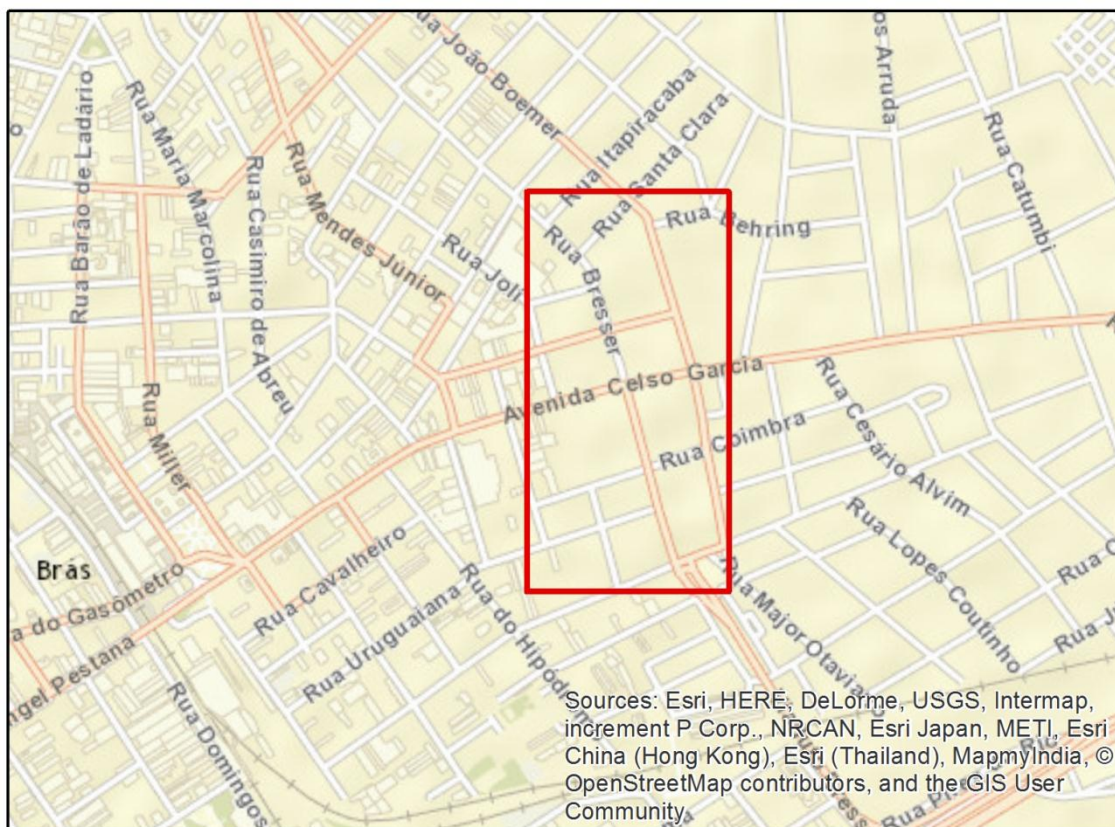


FIGURA 2 : Região da Rua Bresser.
AUTOR: Danilo Santos de Jesus



FOTO 2: anúncios de contratação bairro Pari - SP
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

Outro ponto abordado na entrevista foi o direcionamento preferencial para a cidade de São Paulo, o que foi possível averiguar nas diversas respostas comuns obtidas

das funcionárias das lojas: “Aqui é onde está o emprego”. Dessa forma, a região sudeste, em especial o estado de São Paulo, se apresenta como o destino final de grande parte dos migrantes internacionais e nacionais, haja vista que o movimento populacional interno é a marca registrada do crescimento das áreas metropolitanas. Conforme o mapa abaixo, observar-se ainda que, há maior incidência da migração boliviana para o estado em porcentagem global, relativo à entrada de migrantes no Brasil. Isso quer dizer que dentre todos os migrantes que entram no país, 30 a 50% dos bolivianos, escolheram como destino o estado de São Paulo.

Distribuição de Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por Unidades da Federação. Brasil 2011, 2012 e 2013

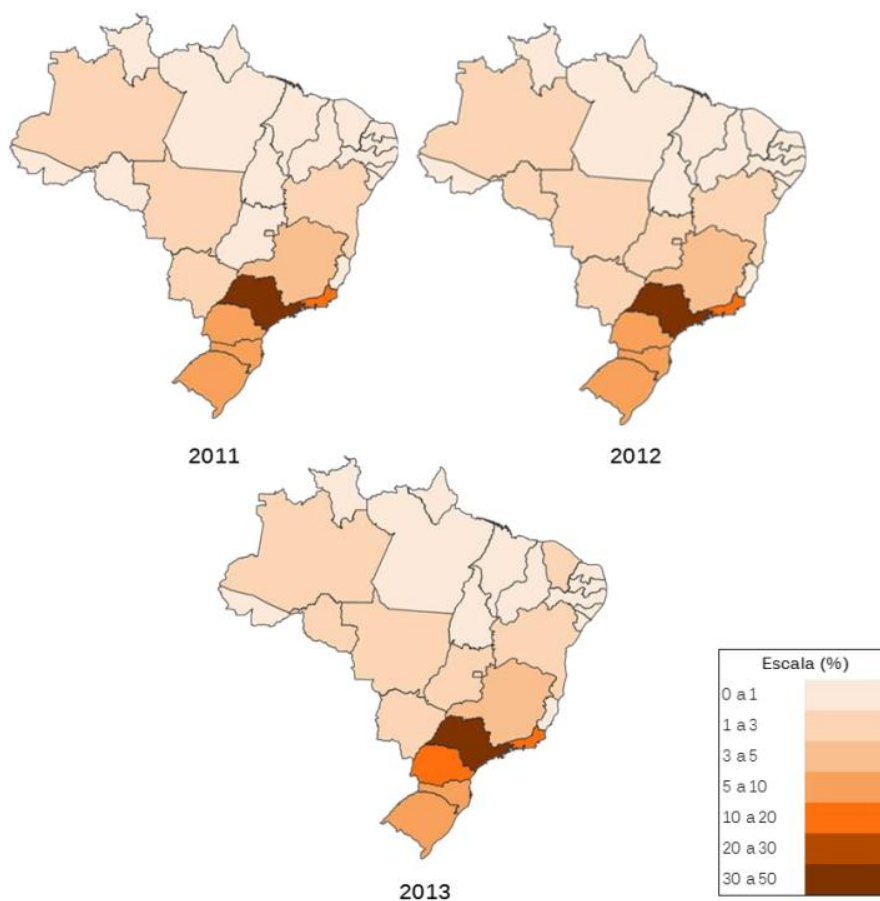


FIGURA 3: concentração de estrangeiros

<http://portal.mte.gov.br/obmigra/imigracao/> (acessado em: 03/12/ 2014)

Diante desse contexto, o constante fluxo migratório direcionado para essa região de São Paulo é, também, fruto desses inúmeros anúncios de contratação de funcionários e oficinas de costura terceirizadas. A facilidade com que se encontra esse tipo de contratação na região do Brás, Pari, Bresser, Parque Dom Pedro II e Sé, suscitou novas perguntas nas entrevistas: Se há tantas vagas, por que não são preenchidas por brasileiros? Os brasileiros procuram empregos nessas regiões?



FOTO 3: anúncios de contratação bairro Pari - SP
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

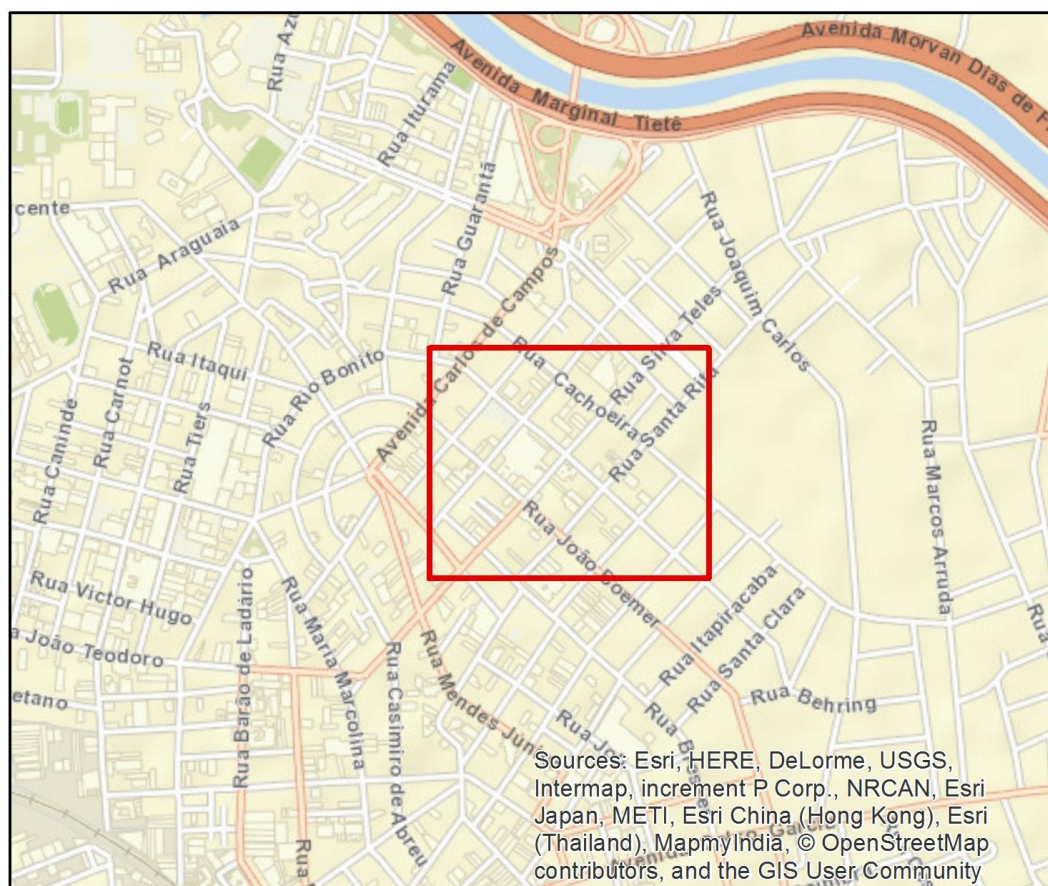


FIGURA 4 : centro de São Paulo, região das tradicionais indústrias e comércio têxtil onde se concentraram boa parte das entrevistas e trabalho de campo.

AUTOR: Danilo Santos de Jesus

Em outra rodada de entrevistas concedidas no dia 23 de Setembro de 2014, na rua Silva Teles, esquina com a rua Rio Bonito, de onde também foram feitas as fotografias. Nessas entrevistas, entre outras perguntas, foram repetidas as perguntas sobre o preenchimento dos postos de trabalho pelos brasileiros: Por que os brasileiros não preenchem as vagas dos anúncios? Os brasileiros procuram empregos nessas regiões? Se há tantas vagas, por que não são preenchidas por brasileiros? As respostas foram quase sempre às mesmas, de um total de 12 entrevistados, sendo 8 funcionários de 4 lojas, (dois por loja), 4 pedestres e clientes das lojas.

No primeiro questionamento, 10 entre os 12 entrevistados responderam que “sim, os brasileiros procuram empregos nessa região”. No segundo questionamento, as respostas foram mais complexas, pois cada indivíduo respondeu de acordo com sua posição nas lojas em que trabalha. As 8 vendedoras das 4 lojas diferentes, responderam

que para ser vendedora é preciso ser brasileira, como foi possível verificar na seguinte afirmação: “Você tem que conhecer o cliente e assim é melhor que você seja brasileira, pode ver, a maioria dos anúncios são para vendedores brasileiros e oficinas de bolivianos... Eles estão acostumados a trabalhar com costura, arremate, finalização, isso é com eles.”

Por meio dessa afirmação, a clara divisão do trabalho mostrou o porquê de encontrar bolivianos prioritariamente nas funções de costura, embora, como foi possível observar também, que alguns brasileiros trabalham nessas áreas. O perfil desses brasileiros muitas vezes é semelhante ao perfil dos bolivianos, migrantes com baixa ou nenhuma escolaridade.

Já dois dos clientes das lojas que disseram ser sócios de lojas de roupas na região, responderam as mesmas perguntas, porém com outras perspectivas. À primeira pergunta a resposta também foi “sim”, que brasileiros e brasileiras procuram empregos nas lojas. Já a resposta da segunda pergunta foi um pouco diferente da resposta observada entre os funcionários das lojas, na qual os empresários disseram que “os bolivianos trabalham melhor que os brasileiros, são mais produtivos e cobram menos”. Ao serem perguntados se esse tipo de contratação a preço baixo não favorecia a exploração excessiva dos trabalhadores, as respostas fundamentaram-se na ideia de que isso mantém o preço final da peça baixo, o que favorece quem quer gastar menos com o vestuário.

Nesse momento da entrevista, foi feita a seguinte pergunta: “Em sua opinião, o fato de se pagar pouco as oficinas prestadoras de serviço é determinante para que, preferencialmente, sejam contratadas oficinas de bolivianos, sejam elas legais ou ilegais?”, tendo como resposta: “Não temos nada com a situação deles no país, não somos a Polícia Federal... dou trabalho a quem quiser pegar, se são brasileiros ou bolivianos não me interessa, quero apenas o serviço pronto, agora os brasileiros têm mais estudo e querem trabalhar menos no pesado, preferem o trabalho mais leve e que paga melhor em minha loja tem vários brasileiros, mas nenhum costura, trabalham com as vendas e na administração.”

Nas fotos tiradas durante o trabalho de pesquisa, observou-se a contratação de oficinas inteiras. As confecções visitadas alegaram que preferem se concentrar na

modelagem das roupas e passar para terceiros a atividade final - a costura do figurino. Esse é um dos motivos para o surgimento das oficinas terceirizadas, assim, essa exteriorização dos custos de produção tem elevado a oferta de trabalho para os bolivianos no Brasil, alimentando a ideia de que aqui, o boliviano migrante tem trabalho garantido.



FOTO 4: anúncios de contratação bairro Pari - SP
Fonte: Trabalho de campo, 2014

Dentro da lógica da terceirização (flexibilização) da mão de obra na indústria de tecelagem paulista, percebe-se uma adequação aos postulados da economia global que se torna cada vez mais competitiva e, para atender essa reestruturação do capital produtivo, as empresas pelo mundo estão exteriorizando seus custos de produção, ou seja, terceirizando suas atividades. Na prática, isso significa que as empresas que adotam o ideário de empresa “enxuta” empregam o máximo de trabalho mecanizado, e passam a encomendar os serviços necessários para que seu produto seja feito, dessa forma, a empresa “mãe” contrata diversas pequenas unidades de produção e se livra dos encargos sociais da mão de obra, uma vez que os trabalhadores que fazem seus produtos não são funcionários diretos. Os resultados desse tipo de administração são: aumento da

produtividade, desemprego, precarização do trabalho, redução salarial, entre outros impactos sociais.

Na indústria de tecelagem paulista, talvez, a subcontratação, a terceirização e até a quarteirização sejam os expedientes mais empregados para o aumento da produtividade e é nesse nicho que, normalmente, entram os migrantes bolivianos que desembarcam em São Paulo, porém esta lógica tão perversa é na maioria das vezes criminosa, pois são relações de trabalho praticadas pelas indústrias que convivem lado a lado com relações de trabalho completamente legais que respeitam a Consolidação das Leis Trabalhistas do Brasil (CLT). Muitos dos entrevistados são brasileiros funcionários das lojas de fábrica do centro de São Paulo que relataram das mais diversas formas, a preferência por não trabalhar diretamente com a costura das peças, isto é, em todas as entrevistas, o primeiro problema apontado foi à quantidade de horas trabalhadas para conseguir ganhar um salário acima de R\$1.000,00 ou R\$1.500,00.

O segundo problema mais apontado foi à falta de seguridade social, a ausência da carteira de trabalho assinada é, sem dúvida, o que mais afasta o brasileiro da atividade. Já o boliviano vê a oportunidade de encaixe no mercado de trabalho, bem como a mobilidade social que não encontrou na Bolívia. A facilidade de entrar e sair das relações de trabalho quando a empresa contratante não realiza os procedimentos legais, ironicamente, alimenta o fluxo de migrantes latino americanos para o Brasil que, em grande medida, já estão acostumados com relações de trabalho mais flexíveis (informais) na Bolívia. Alguns entrevistados que são da cidade de El Alto, próxima a La Paz, relatam esses fenômenos: “na Bolívia é normal você arruma um emprego ali, outro aqui e vai vivendo, aí quando fica mais velho, às vezes consegue trabalhar em uma loja tudo certinho, mas é assim igual aqui você vem e procura o emprego e começa a trabalhar.”

Nesse momento da pesquisa, em relação à revisão literária e os trabalhos de campo, foi feita a seguinte reflexão: se os brasileiros relatam não gostar de trabalhar na produção, onde eles estão trabalhando? As fotos das vitrines das lojas mostram que as vagas oferecidas aos brasileiros são reservadas a equipe de venda e a quem tem maior qualificação de sua mão de obra, devendo comprovar suas qualificações, apresentando a experiência em carteira assinada, marcando bem a diferença entre essas duas relações de

trabalho dentro da mesma empresa. Como evidencia o anúncio branco e vermelho afixado na vitrine da loja.



FOTO 5: anúncios de contratação bairro Pari - SP
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

Diante dessa realidade, as correntes migratórias são responsáveis, em parte, por mudanças no mercado de trabalho nas duas pontas do fluxo migratório, pois as cidades bolivianas onde o movimento emigratório é forte, acabam ficando sem sua força de transformação do espaço, isto é, quase que a totalidade da força de trabalho migrante é composta por jovens e adultos no auge de sua capacidade produtiva, ao passo que as cidades que recebem essa mão de obra têm que ajustar o nível de postos de trabalho a essa nova realidade. Essas duas organizações socioespaciais produzem os fatores de expulsão que definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação desses fluxos às áreas as quais se destinam. (SINGER, 1990).

Entender essas constantes (re) organizações espaciais pressupõe compreender o que é um imigrante, que, sobretudo, é “essencialmente uma força de trabalho e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito” (SAYAD, 1998, p. 54). No

entanto, como “força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”, paradoxalmente tende a permanecer definitivamente no *locus* de chegada.

1. 2. – A imigração para o Brasil

No livro “Exclusões Sociais” (1998), de Alfredo Bruto da Costa, o autor discorre sobre os diversos processos que levam o indivíduo à marginalidade do sistema econômico. Também se estabelece uma linha histórica sobre o surgimento dos termos *exclusão social* e *pobreza*. Dessa forma, cravando, em acordo com Robert Castel (1995), sociólogo francês, autor de diversos títulos sobre o tema exclusão social, dentre eles: “A metamorfose da questão social”, em que se discute, sobretudo, as precariedades das relações de trabalho e, com outras palavras, refere-se à *exclusão socioespacial* como um plano inclinado em que ocorrem diversas rupturas que empurram os sujeitos para o conceito de exclusão socioespacial que é, segundo ele, a fase extrema do processo de marginalização caracterizado pelo que ele chamou de rupturas sociais.

Nesse contexto, o migrante boliviano deixa de se relacionar ou se relaciona de forma precária com os elementos considerados básicos para sua reprodução social e, por extensão, prejudica a reprodução do coletivo em que está inserido (Souza, 2009). A pobreza, por seu turno, é definida pelas privações (gerais) resultante da falta de recursos (quaisquer), ou seja, qualquer privação material ou imaterial diretamente ligada à precarização do trabalho, fonte de rendimentos que garantem a cidadania no sistema capitalista de produção. (MARTINS. P.83, 2009).

No caso da migração latino-americana para o Brasil, observa-se a importância do fenômeno desigualdade regional, com efeito, a inserção mais eficiente do Brasil no mercado global atraiu muitos migrantes de diversas nacionalidades diferentes, fazendo com que o volume deles seja grande, porém pouco concentrada em nacionalidades, pode-se dizer, em grande medida, que algumas nacionalidades têm até o ofício (pré) determinado antes mesmo de migrar. No interior do Mercosul, o Brasil ao lado da Argentina dividem as atenções no quesito destinos finais das migrações. Segundo o censo de 2000, a forte integração promovida pelo bloco econômico somado às

desigualdades sociais entre esses países intensificaram os movimentos populacionais entre esses países.

Assim sendo, o Brasil como origem preferencial dos migrantes do cone sul, sobretudo do Mercosul, deve apresentar políticas públicas capazes de atender os migrantes em suas mais diversas necessidades, políticas, culturais, econômicas, de saúde entre outras.

Conquanto, o fenômeno exclusão socioespacial constitui-se por um longo processo de perda de cidadania plena ou perda do poder social, que são o foco central dos processos de ruptura social. Se as relações de poder dentro de uma sociedade determinam as condições de vida cotidiana (micro poderes) e às políticas públicas (macro poderes), pode-se depreender que “todo o acto social é um exercício do poder, e todo o relacionamento social é uma equação do poder, e todo o grupo ou sistema social é uma equação do poder”(Hawley,1998, p. 30). Esse entendimento de sociedade proporciona, por consequência, o entendimento da pobreza e exclusão social como um problema da sociedade e de seus cidadãos que, no exercício ou não de seus poderes cotidianos, reproduzem e pulverizam pelo espaço, os campos sociais em que esses fenômenos atuam.

Aos eventos citados acima, rupturas sociais, perda de cidadania e exclusão socioespacial, relaciona-se com o fenômeno de migração Brasil/Bolívia, porque em diversas situações, as correntes migratórias são criadas devido à procura de outro(s) espaço(s) que proporcione(m) melhores condições de vida, assim, pode-se dizer que os processos de exclusão socioespacial dos indivíduos são responsáveis, em parte, pela criação do primeiro e último elo da corrente migratória. O desemprego lá, acaba por empurrar para cá muitos bolivianos e bolivianas, causando impactos tanto na sociedade de partida quanto na sociedade de chegada, pois, a sociedade de partida fica sem sua força de transformação, ao passo que a sociedade receptora acomoda, mesmo que precariamente esta força, como já foi citado. Esse entendimento leva a compreensão de que o migrante parece não pertencer a nenhum desses lugares, ficando em suspensão sobre esses territórios, esse entre-lugar em que se encontra o migrante boliviano é o responsável pela dificuldade de inserção social a que estão expostos os migrantes.

As entrevistas feitas durante a fase de pesquisa desta dissertação indicaram que um dos principais motivos da migração dos bolivianos participantes desta investigação foi à busca por postos de trabalho em outro país, o que causou um impacto negativo na força de trabalho da Bolívia, que perdeu principalmente força de trabalho jovem: “segundo o CEDLA, o desemprego aumentou significativamente entre homens e mulheres jovens (15 a 24 anos), com uma taxa que supera os 21%. Neste grupo, há pessoas que buscam trabalho pela primeira vez.”²

Por sua vez, o Brasil, de acordo com o IBGE (2014) viveu outra perspectiva “com uma população ocupada de 22,92 milhões de trabalhadores e 1,21 milhões desocupados. O país fechou o primeiro trimestre de 2014 com taxa de desemprego de 5,01% - menor patamar de março nos últimos 12 anos” e que funcionou como um atrativo para as populações de países vizinhos que lutam por sua subsistência e/ou mobilidade social.

O gráfico abaixo apresenta uma linha de análise para os estudos das migrações. Singer discute que uma das correntes que movem as migrações é baseada no desenvolvimento desigual dos lugares, que convencionou chamar de histórico estrutural, que redistribui as forças de trabalho pelos territórios, atendendo as demandas do capital moderno.

² Tradução nossa do trecho: “Según el CEDLA, el desempleo aumentó significativamente entre hombres y mujeres jóvenes (15 a 24 años), con una tasa que supera el 21%. En este grupo hay quienes buscan trabajo por primera vez.” (<http://cedla.org/content/47722>)



FIGURA 5: Histórico desemprego no Brasil (IBGE)
Fonte: www.bcb.gov.br/?INDECO

Entender essas (re) organizações espaciais pressupõe compreender o que o imigrante procura nesse(s) seu(s) deslocamento(s). Notou-se que, na maioria dos casos observados nesta pesquisa com os bolivianos e bolivianas que, o motivo que os fazem migrar primeiro, é o desejo de mobilidade social, a promessa de um futuro melhor com condições de educação, saúde e trabalho, fazendo o migrante emigrar muito antes do deslocamento espacial. Todas as suas ações na Bolívia têm como objetivo a pavimentação do caminho rumo às confecções brasileiras, uma vez que ao se instalarem no local de chegada (São Paulo, Brasil), é só uma questão de tempo para os indivíduos se tornarem um migrante de fato e começarem a se deslocar.

No entanto, esses indivíduos que são força de trabalho em deslocamento, tendem a se fixar onde as condições econômicas lhe são mais favoráveis e, sendo assim, acabam por cessar o movimento migratório, ou seja, o *lócus* de chegada é o que define, em grande medida, se o migrante parte de sua cidade natal em migrações pendulares ou definitivas. Por sua vez, esses movimentos espaciais têm diversas origens e motivações, todavia, devido ao nível de desigualdade econômica entre as sociedades que expulsam e atraem os migrantes, essas pessoas se põem a caminhar em uma direção, observa-se que na verdade é, em muitos casos, a desigualdade que orienta o sentido e direção do fluxo.

O que acontece em diversos casos nas sociedades de partida e chegada, é que o migrante se torna ausente para os que ficam, e um “problema social” para os que

recebem e, é nesse processo de “*lá*” e “*cá*” que se encontram os bolivianos que rumam para a capital paulista no intuito de aumentar o seu acesso e inserção nos laços sociais, ou mesmo evitar os processos de marginalização, que acabam por excluir social e espacialmente os indivíduos. Esse processo redefine o sujeito que, muda suas referências sociais, todavia não a muda totalmente, o sujeito migrante vai carregar com ele o lugar de origem na memória e na prática diária, processo também observado por Goettert (2004), na migração de brasileiros da região Sul para as regiões Centro Oeste e Norte do Brasil. Porém, é nessa relação entre ter e não ter bens materiais/imateriais, poder de consumo e serviços sociais que as empresas capitalistas montam suas armadilhas.

Adicionalmente, a fome é a primeira a se instalar, mas não é apenas a fome “da barriga”, é a fome em sentido amplo, é a fome de tudo. Esses sujeitos multidimensionais se tornam migrantes, como mencionado acima e antes mesmo de saírem do lugar, o pensamento já não está mais na Bolívia, ou seja, a força para o trabalho já não está com ele. Nas cidades bolivianas, emissoras de trabalhadores, se percebe algumas problemáticas que são padrões, tanto em Caranavi como em El Alto, nota-se que as possibilidades de desenvolvimento econômico seguro é restrito a uma parcela pequena da população, já a parcela da população mais empobrecida se restringe, em grande medida, a setores informais da economia e, por conseguinte, estão mais suscetíveis a crises, bem como são mais fáceis de abandonar.

Sayad (1998) mostra o caso da migração argelina para a França, todavia, o paralelo com o caso de Ermínea (uma de nossas entrevistadas) é flagrante. Em diversas entrevistas, Ermínea relatou as dificuldades de trabalhar na zona rural de Caranavi – Bolívia, 150 km ao noroeste da capital La Paz, e que, ainda criança, desejava ardentemente sair daquela condição, não pensava ainda em se deslocar para o Brasil ou mesmo sair da Bolívia, desejava sair da zona rural e trabalhar em casas de família como empregada doméstica. Ela relatou em entrevista concedida em 11 de outubro de 2013, que tinha muita vergonha das roupas que usava e da condição que vivia: “Eu me sentia mal, me sentia no chão, éramos muito pobres minha casa era muito pobre e eu tinha muita vergonha...”. Ao indagar acerca dessa vergonha, ela esclareceu: “De tudo, das roupas, da casa, queria sair de lá correndo, correndo sem parar...”

Ademais, sobre como foi trabalhar na roça nessa época (10 a 15 anos), ela discorreu: “No começo eu gostava é depois de um tempo que a coisa vai ficando ruim...(choro). Minhas mãos estavam duras, já não conseguia cuidar do milho, da batata, tinha vergonha de mostrar minhas mãos ao outros, entende? Eu queria ser criança.”

Em outra rodada de perguntas concedida em 11 de outubro de 2013, ao questionar a Ermínea o porquê de migrar e deixar sua família para trás, era tão necessário? Por que não tentar melhorar de vida lá em sua cidade?

– Você não entende, é muito difícil lá na Bolívia lá você trabalha por nada, todo mundo quer te explorar, até a família te explora e tudo isso por causa de comida e um pouco de roupa. *Entrevistador*: - Aqui no Brasil, não é a mesma coisa? - Não! Você não entende, aqui é bem melhor, a gente trabalha muito, mas é bem melhor, aqui você ganha dinheiro, envia para família, tem escola para as crianças é melhor, e para isso tem que trabalhar muito, muito... no começo a gente trabalha muito mas depois vai melhorando, vai acostumando. *Entrevistador*: - Por quê no começo tem que trabalhar muito? Você teve que pagar alguma coisa da viagem? “Eu paguei só minha passagem e comida, porque vim com o primo Ramon, ele arrumou tudo para mim, mas tem boliviano que vem devendo muito e em dólar e aí tem que pagar. No começo a gente trabalha muito porque não tem o que fazer com a saudade que sente aí você fica na máquina o dia todo, não tem muito o que conversar, a comida é ruim... (risos... feijão não é bom), aí você trabalha, trabalha para ganhar o dinheiro que veio buscar.

De acordo com o excerto acima, depreende-se a ideia de que para viver em trânsito é preciso viver no limite, se convencendo de que vale a pena cortar suas raízes para tentar fincá-las em outro lugar. “E, para isto, o desejo de ter mais, incutido nas sociedades através do apelo ao consumo e mesmo o desejo de apenas ter, leva essas pessoas a se deslocarem.” (SAYAD, p.27, 1998). Contudo, como é possível um sujeito histórico cortar por completo suas raízes? Supõe-se que isso não seja possível, ao menos totalmente, pois, as características e comportamentos que o sujeito carrega consigo para o local destino, o ajudam a (re) construir seu espaço social, tornando possível a reprodução de similitudes do local de saída.

Em um trabalho de campo, orientado por um questionário, realizado em São Paulo, nos dias 12 e 13 de Outubro de 2013, uma família boliviana expressou motivos

semelhantes aos encontrados por Sayad (1998). Esta família encontrou muitos motivos em sua cidade Caranavi-Bolívia para se aventurar nessa migração para o Brasil.

Entrevistador: “- Quem te trouxe ao Brasil e como você enxergou o Brasil como possibilidade de trabalho”? *Entrevistada:* “- Trabalhava como empregada [doméstica] na Bolívia e desde muito cedo sofria com a pobreza em família [choro]... Aos quatorze anos me envolvi com um rapaz e... Bem... eu perdi a virgindade, isso faz com que mi papa dê uma surra e me olhar com olhos de vergonha todos os dias, perguntando as vezes - “como você pode fazer isso comigo?”(pai). Entences, a vergonha do fato e a ideia de que no Brasil todos ganham dinheiro, que no Brasil a vida é melhor faz aparecer na gente a possibilidade de uma nova vida no Brasil.”



FOTO 6: Ermínea com seu filho trabalhando em casa, no bairro Arthur Alvim - SP
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

Por essas razões que o Brasil representa uma rota de fuga para o migrante que nem se vê imigrante ainda. O país se torna a via de mão única, a direção certa para resolver alguns problemas econômicos. Desse modo, os processos de rupturas sociais e socioespaciais são apontados como os principais motivos causadores da pobreza e possível exclusão social e socioespacial, lembrando que esses três termos, em geral, estão presentes nas classes sociais trabalhadoras, todavia, existem excluídos sociais que não são pobres (monetariamente). De acordo com as pesquisas e entrevistas, foi possível averiguar que, um conjunto de situações, é o arquétipo da perda de cidadania

plena, como ruptura social, econômica, institucional, territorial e simbólica, que os bolivianos estão sujeitos tanto lá como cá da fronteira. Esses processos tendem a se agravarem com a pobreza econômica, a fase extrema do processo de marginalização, caracterizado pelo que chamamos, no caso da migração boliviana para São Paulo, de ruptura socioespacial, ou seja, o indivíduo deixa de se relacionar ou se relaciona de forma precária com os elementos considerados básicos para sua reprodução social lá na Bolívia e, por extensão, vai paulatinamente prejudicando a reprodução do coletivo em que está inserido.

Com efeito, a pobreza, por seu turno, é definida pelas privações (gerais) resultante da falta de recursos (quaisquer), de outro modo, qualquer privação material ou imaterial diretamente ligada à precarização do trabalho, fonte de rendimentos que garantem a cidadania no sistema capitalista de produção.

Esses sistemas sociais ao se quebrarem por completo, podem levar parte do coletivo à periferia do sistema capitalista, nesse sentido, as várias escalas da pobreza, exclusão social e socioespacial são problemas para as organizações que, de fato, querem combater o que se chamou de exército de mão de obra de reserva, elemento estruturante do sistema econômico.

No entanto, a classe que organiza a reprodução ampliada do capital se aproveita dessas rupturas, tornando-as elementos estruturais do capitalismo. É quebrando os referenciais de cidadania que se naturalizam a pobreza e a exclusão social e socioespacial para em um segundo momento, aplicar nas pessoas, as regras de mercado, isto é, quanto mais pobres e excluídos existirem, mais mão de obra barata estará disponível para a reprodução ampliada do capital, por esse motivo, observam-se tipos de exploração da mão de obra em que um dos seus extremos, encontra-se o trabalhador que é protegido pela CLT, e, no outro extremo, encontra-se trabalhadores em condição análoga à escravidão.

A possível relação de escravidão por dívida é o exemplo mais flagrante nas entrevistas. Os companheiros de trabalho de Ermínea também concederam entrevistas e seguiram a mesma linha de relatos. Ao saírem de suas cidades natais são, de modo geral, convidados para vir ao Brasil por parentes próximos ou amigos que oferecem ajuda financeira para as passagens e apoio inicial com a moradia e alimentação. Dessa

maneira, o trabalhador convidado deve pagar com o trabalho todo esse capital inicial nele investido, assim, o trabalhador se vê preso em uma rede de relações que o impede de ir e vir, enquanto não pagar suas dívidas.

E ainda, conforme levantamento do Ministério Público Federal, essa é uma prática corriqueira. A elaboração de relatórios pela Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, a partir de análise de procedimentos judiciais e extrajudiciais do Ministério Público do Trabalho (MPT) e Ministério Público Federal (MPF) apontou que: [...] “quase 50% dos procedimentos analisados, envolvendo denúncias de abuso nas relações de trabalho, tiveram o crime de redução a condição análoga à de escravo como parte da denúncia.” Segundo o mesmo relatório, “em todos eles [casos], o crime de redução à condição análoga a de escravo foi confirmado, sendo que a pena prevista para o crime é de reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.”

Os bairros paulistanos com maior recorrência desses casos estão localizados na região central, com ênfase para o Bom Retiro, que é reconhecido pelo grande número de pequenas oficinas de costura que, muitas vezes, apresentam condições degradantes de trabalho, especialmente com trabalhadores de origem boliviana, que compõem a cadeia têxtil. A tabela a seguir se refere apenas aos casos que tiveram trânsito julgado:

Índice de casos por bairro de São Paulo

Bairro	Nº de Casos
Bom Retiro	10
Casa Verde	2
Bela Vista	1
Brás	1
Cerqueira César	1
Jardim Jaú	1
Vila Brasilândia	1
Vila Celeste	1
Vila Guilherme	1
Vila Leopoldina	1
Total	20

Fonte: MPF, 2013

Nestes bairros tradicionais de São Paulo observamos muito bolivianos transitando pelas ruas, carregando cortes de jeans, de uma rua para outra, nas horas de almoço também podemos observar os trabalhadores bolivianos nas portas das oficinas, relatos bem curiosos desses funcionários, registrados em conversas informais, é que os funcionários que ficam do lado de fora das oficinas no horário de almoço são os que não devem mais nada ao patrão pela viagem e nem tem previsão de voltar para a Bolívia. Segue abaixo a espacialização desses bairros.

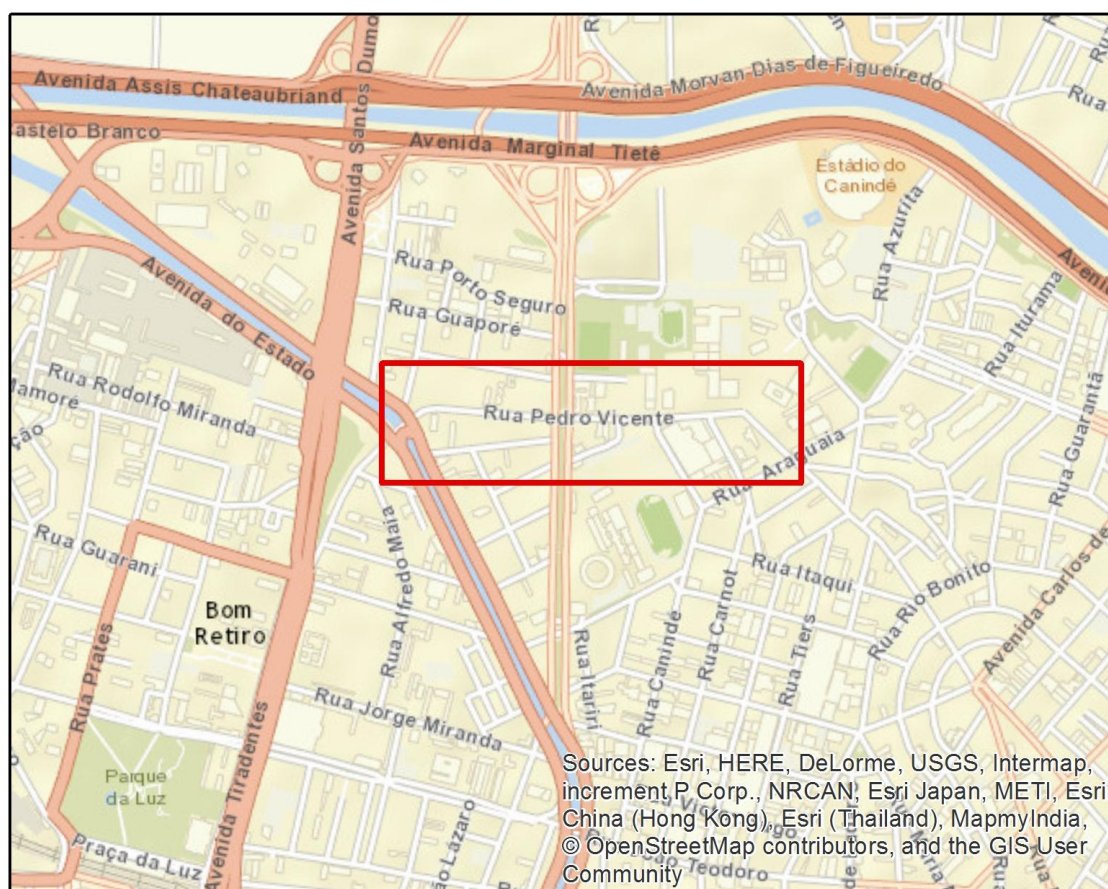


FIGURA 6: Espacialização dos locais com maior índice de ocorrência de trabalho escravo em São Paulo.
AUTOR: Danilo Santos de Jesus

O trabalhador Roberto (nome fictício) concedeu uma entrevista no dia 18 de janeiro de 2015, na rua Fontes Malheiros, Arthur Alvim, São Paulo/SP, na qual relatou alguns acontecimentos do seu processo de migração e, por não ter se adaptado ao Brasil, estava ansioso por retornar a Bolívia e “assim que pagasse tudo que devia ao seu Don (chefe da oficina), voltaria imediatamente à Bolívia.” Ao ser questionado sobre a data

de volta, Roberto fechou o rosto e disse “Meu trabalho não rende, a saudade não me deixa trabalhar, preciso pagar tudo que devo antes de ir, não posso deixar meu primo com a dívida, ele que me trouxe para cá.”

Os processos de rupturas sociais são apontados nos textos sobre ruptura econômica, social, institucional, territorial, psicológica e simbólica, sendo objetos de debates sociais diante do fenômeno da migração, que associada aos motivos econômicos e psicológicos, geram em grande parte, o deslocamento dessas pessoas. Outrossim, Jodelet (2001) observa que as populações, sobretudo, as de menor renda podem reforçar e/ou legitimar as diversas exclusões a que estão expostas, criando um círculo vicioso de exclusão socioespacial e migração.

A exclusão que hoje é objeto de políticos e de debates sociais é um fenômeno social, econômico e institucional cuja análise ressalta das ciências sociais. [...] visto que ela [não] se limita aos processos psicológicos, cognitivos e simbólicos que podem ou acompanhar a situação da exclusão ou dela reforçar a manutenção como racionalização, justificação ou legitimação (JODELET, 2001, p.223).

Como exemplo de ruptura econômica, foi possível citar a pobreza absoluta como um dos motivos, se não o principal, na migração de Ermínea, que diante das dificuldades de subsistência em sua terra natal, mesmo trabalhando como doméstica e na lavoura, não conseguia suprir as necessidades básicas de sua família. As quebras desses sistemas sociais por completo, podem levar o sujeito à mendicância, desnecessária ao sistema capitalista, ou pode favorecer, em alguns casos, a migração e a procura de trabalho.

A respeito desse estado de pobreza absoluta podemos tirar duas conclusões: em primeiro lugar, a mais leve circunstância agravante pode provocar a emigração; em segundo, os únicos freios a um movimento de emigração mais generalizado são a apatia e a aceitação da miséria, feição que caracteriza a maioria das comunidades em tais condições (BEAUJEU-GARNIER, 1980. p. 112).

Com o intuito de saber sobre a escolha do Brasil como destino e entender porque na América do Sul, o Brasil é o destino que mais recebe migrantes, indagou-se ainda: O

trabalho aqui no Brasil é melhor ou pior que na Bolívia? Por quê? As respostas foram às seguintes:

É melhor porque tem mais emprego; de onde eu venho ou você cuida da casa ou trabalha no campo e isso é muito duro lá na Bolívia, aqui ficamos na máquina é difícil, mas não estamos no tempo (*Sujeito as intempéries, trabalho na roça*)... Ficamos dentro de casa... Agora o real tá mais fraco e as coisas (mercado) estão mais caras... Mas antes tava bom, real forte, coisas baratas, podíamos levar dinheiro para nossa família na Bolívia.

Conforme o recorte acima, além dos motivos que favorecem a partida, o espaço para qual se destina o migrante é dotado de uma aura, um *capital simbólico* que o atrai econômica e simbolicamente, é o espaço do novo e da oportunidade, propício para esquecer todas as dores do passado. É nesse espaço que o estado psicológico do migrante entra em transformação, o desejo de mobilidade social atrelado ao desejo de consumo, favorecem os donos das indústrias de tecelagem paulistas que criam verdadeiras armadilhas para a força de trabalho dessas populações, como foi possível constatar ao longo do texto: oferecer passagens, moradia e alimentação são, em muitos casos, as armadilhas que prendem esses migrantes no Brasil.

Desse modo, o migrante, ao criar no *lócus* da chegada o paraíso de oportunidades, ao mesmo tempo cria no seu imaginário, o inferno das impossibilidades no lugar onde vivia, assim, ele acaba entrando em relações de trabalho tão violentas a ponto de se questionar como uma pessoa pode aceitar condições tão desumanas. Ermínea também citou que quando chegou ao Brasil, trabalhava até 16 horas seguidas, que só podia levantar para fazer suas refeições e, mesmo assim, não estava conseguindo pagar ao dono da oficina o custo de sua viagem e estadia. Essas relações são comparadas a regimes de trabalhos análogos à escravidão, haja vista que ninguém pode ser obrigado a trabalhar por dívida, todavia, provar na justiça esse tipo de relação de trabalho nas tecelagens paulistas tem sido cada vez mais difícil.

Paradoxalmente, essas relações de trabalho não são tão diferentes das relações de trabalho que causaram o fator de emigração. Em mais um relato, Ermínea alegou que quanto mais ela trabalhava lá na Bolívia, ela parecia ter menos, e quanto mais ajudava sua mãe, mais ela tinha que “trabalhar para dar conta das coisas da casa”, mesmo assim, o Brasil representou uma ilha de prosperidade no cone sul do continente americano,

pois nos últimos dez anos, conseguiu auferir avanços econômicos, políticas de transferência de renda, saúde e educação de boa qualidade se comparados a de alguns de seus países vizinhos, sobretudo se comparado aos avanços sociais da Bolívia e, dessa forma, acabou atraindo migrantes bolivianos à procura de “trabalho mais leve, melhores salários, médicos e escola boa para os filhos”, nas palavras de Ermínea.

Ademais, Ermínea relatou:

Um dia meu filho chegou em casa todo feliz e carregando um monte de coisas, caderno, lápis, brinquedo de montar, livro, farda (uniforme escolar), tênis, deram até leite (em pó). Na Bolívia não existe isso, eu nunca ganhei livro da escola (Caranavi-Bolívia), lá você só estuda e pronto é seu pai que tem que comprar tudo, isso é muito bom aqui no Brasil.

Diante dessa realidade, as várias escalas da pobreza, exclusão espacial e exclusão social são alguns dos fatores que causam a “expulsão” dos bolivianos por todo o país, segundo dados da CEDLA. Em artigo publicado em 06/06/2015, grande parte dessa população, desempregada, sem emprego formal, procura novas formas de sobreviver criando os subempregos. Essas formas de trabalho, o chamado subemprego, exige mais horas de trabalho e, normalmente, baixa renda. Logo, esse tipo de trabalho atinge em cheio o setor das famílias em que 62,3% dos postos de trabalho são representados por vendedores de rua, que estão localizados em mercados, ruas centrais, entre outros locais.

Outro ponto que deixa os trabalhadores vulneráveis nessa nova organização do emprego, é a falta de proteção para os trabalhadores. Sobre essa questão, observou-se uma elevada falta de proteção social das novas formas de emprego, em que menos de 10 em cada 100 ocupados têm seguro de saúde, o que pode ocasionar um caos total ao frágil sistema público de saúde boliviano.

O fator saúde pública é muito citado pelos entrevistados, principalmente, pelas mulheres mães, que consideram a saúde pública brasileira como excelente. Andréia, (nome fictício) entrevistada junto com Ermínea narrou:

[...] meu bebê tomou muitos remédios, vacinas e eu não paguei nada, aqui é muito bom o posto (UBS Artur Alvim) cuida da gente me deu bolsa com fraldas, *chuca* (mamadeira), roupinha, tudo (programa social mãe paulistana, que oferece presentes aos bebês a medida em que a mãe comparece as consultas do pré-natal).

Se associarmos somente esses dois fenômenos: falta de empregos formais e falta de seguro saúde, no caso das mães, tem-se montado o cenário expulsão/atração que os movimentos migratórios necessitam.

Adicionalmente, o fenômeno conhecido como desemprego estrutural cria paulatinamente uma gradação dos níveis de exclusão, formando estratos, níveis de necessidades, estratos de mão de obra e, talvez, o migrante sem especialização seja a camada mais baixa e, por isso, mais explorada.

A situação de exclusão social no departamento de Caranavi-Bolívia, cidade natal de Ermínea e família, gerou em grande medida, o impulso de processos migratórios internos campo/cidade e, em um segundo momento, motivou o impulso de migração internacional com o rumo direcionado para as indústrias de confecção em São Paulo. Desse modo, esses migrantes são desafiados dos laços sociais para, em seguida, serem desqualificados economicamente. Sob esse aspecto, eles acabam por encontrar na migração pelo trabalho, o sentido para sua existência física e psicológica, pois no Brasil, segundo os entrevistados, se vive para trabalhar, e o mergulho no trabalho é tão grande quanto à concentração no trabalho, bem como o objetivo de acumular e enviar capital para a Bolívia, acaba por “diminuir a saudade”.

As duas cidades são palcos das relações mais perversas de exclusões simbólicas e materiais ao mesmo tempo, e ainda, elas constituem a rota de saída dessa condição de vida, o migrante jogado para fora, satelizado de seu lugar de origem, entra, pela segunda vez, no lugar de chegada, na órbita das relações de trabalho degradante e/ou escravo, fortalecendo um exército industrial de reserva tão necessário ao desenvolvimento das confecções capitalista da cidade de São Paulo.

A desigualdade de distribuição de renda (SANTOS, 2006), tanto na sociedade de partida quanto na sociedade de chegada é o fator principal que mantém o migrante na condição de excluído socioespacial, de pobreza e de falta de recursos materiais e/ou simbólicos. Esse fator também cria a necessidade de se manter nas relações de trabalho citadas e, para viver nessas condições, o sujeito cria estratégias que amortecem o impacto disso tudo. Na Bolívia, essa exclusão acontece mediante a perda da capacidade dos indivíduos de se reproduzirem socialmente no Brasil, a condição de excluído se dá

pelo isolamento para o trabalho e, em muitos casos, pela falta de documentação para a permanência legal no país.

A criação de espaços sociais como a praça Kantuta – SP, estimula a manutenção dos hábitos alimentares e costumes sociais em que o indivíduo estava inserido. Em alguns relatos durante o trabalho de campo, foi possível constatar que a *saudade* é a palavra mais usada para se referir às suas cidades natal, já a ação mais usada para acalmar esse sentimento, é o preparo de comidas típicas ou mesmo o uso de temperos típicos da região andina, essa combinação de saudade e sabor, segundo Juan (entrevistado na feira Kantuta-SP), faz com que o trabalho fique mais leve.

O público cativo da feira Kantuta é boliviano, mesmo encontrando também muitos brasileiros no local. Esses bolivianos relataram que matam as saudades da Bolívia na feira, e o curioso nesse caso, é que os produtos comercializados trazidos da Bolívia têm um papel importante na manutenção do migrante no Brasil. Em todas as abordagens desta pesquisa realizadas na feira, os migrantes relataram sobre o sabor, as diferenças e a qualidade dos produtos vendidos, muitos também destacaram que frequentam a feira para ouvir “o som da Bolívia”, de fato, o espaço da feira se tornou um local boliviano, com os fluxos bolivianos animando os fixos brasileiros.



FOTO 7: Banca de produtos típicos da Bolívia, Feira Kantuta São Paulo/SP
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

A produção de um espaço multinacional que se materializou na feira Kantuta em São Paulo, gera uma “ordem” em que os bolivianos desfrutam de um espaço nostálgico,

capaz de atenuar as pressões da labuta semanal em consonância com a cosmopolita diversidade cultural, típica das regiões de fronteira e capitais de estado. Na cidade de São Paulo, observamos uma praça colorida, que provoca uma sensação estranha aos brasileiros, à sensação de ser estrangeiro em seu próprio país: será esse um sinal de hibridização dos espaços ou apenas uma mostra de que o espaço é (re) significado cada vez que o sentido de uso é alterado?

Considerar a praça Kantuta um espaço híbrido, é observar que não existe cultura sem a mistura, o intercâmbio entre dois ou mais modos de vida, culturas que se chocam e acabam por absorver conceitos umas das outras e, este fenômeno, forma espaços multiterritoriais que assumem características próprias, que já não é mais de uma ou outra cultura, é o espaço híbrido a que Haesbaert (2010) se refere. O migrante, em sua transterritorialidade, constrói seus espaços e suas relações de pertença no jogo entre a memória, carregada com orgulho, e a aceitação do novo como condição para sua reprodução social. Mondardo (2009, pg.102) apresenta a ideia de que não é o indivíduo que se torna híbrido, é o processo pelo qual o sujeito migrante perpassa que hibridiza as culturas, de forma que estas acabam por construir os espaços.

É importante ressaltar que o uso do espaço é que determina o seu sentido, a visibilidade da reunião de bolivianos no bairro do Pari, só confirma que a presença espacial desses migrantes é muito forte na cidade de São Paulo. Esse ritual de encontros dominicais estruturados, com comércio, prestação de serviços e lazer, reforçam os sentimentos vinculados à identidade nacional, reativando suas raízes, e essa transposição de fronteiras faz o migrante construir uma dupla pertença, vivendo e se reproduzindo no Brasil, mas com costumes e hábitos construídos na Bolívia.

Se o fluxo de imigrantes vai continuar, seja pela dinâmica da indústria paulista, seja pela condição social da Bolívia ou por outro motivo global, entretanto, não se pôde determinar por meio de algumas conversas com bolivianos. O que foi possível verificar é que a possibilidade de mobilidade social é um importante fator que alimenta e orienta esse movimento migratório, bem como a oportunidade de emprego remunerado, mesmo que desregulamentado e temporário, sendo o principal combustível desse fluxo populacional.

CAPÍTULO II

Os Processos Que Cercam a Migração Boliviana Para o Brasil

2. 1. - Dos contextos: boliviano e brasileiro

Os migrantes se movimentam como “passagens” e pausas pelos territórios, e no caso dos bolivianos que migram para o Brasil, a principal rota de entrada tem sido o Mato Grosso do Sul, por isso, este estado se constitui como um “território de passagem”. Marcelo José Lopes de Souza (2010) conceitua território como “o local/espaco definido e delimitado por e a partir das relações de poder” e Robert Sack (1986) afirma que o território é uma “área de acesso controlado”, sendo assim, observa-se a migração à luz desses conceitos para entender esse fluxo como processo de des-reterritorialização (Haesbaert, 2011), que começa na Bolívia, passa pelo Mato Grosso do Sul e termina em São Paulo.



FIGURA 7 : Direção do fluxo migratório Brasil Bolívia.

Juan, Pablo e Ermínea percorreram sobre sua terra natal com muito saudosismo, sorrisos e lágrimas, em uma rodada de entrevistas em que o mote era o lado de lá da fronteira, focando em como eles, no Brasil, representavam a Bolívia deixada para trás. Foi feita a seguinte pergunta: “Como você mata as saudades da sua Bolívia?” Por um momento não houve resposta, Juan levantou, buscou uma caixa de madeira bem antiga cheia de cartas, que não fui autorizado a ler, e todos na sala riram disso, além de muitas fotos, que com orgulho, foram apresentadas a todos que ali estavam. Logo na primeira foto, Juan me mostrou o seu período de serviço militar.



FOTO 8: serviço militar obrigatório na Bolívia, Batalhão de Murillo
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

Ele ainda disse que, nessa época, era o orgulho da família, conseguia trazer algum dinheiro para a casa e de certa forma tudo parecia correr bem. Na foto abaixo, estão presentes, da esquerda para a direita, o irmão mais velho, o irmão mais novo e sua mãe.



FOTO 9: Família na formatura do serviço militar obrigatório na Bolívia, Batalhão de Murillo
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

Dando sequência à entrevista, ele relatou como foi bom viver na Bolívia, que lá ele vivia livre, participava das festas em datas comemorativas, mostrou aos risos uma foto da prima Ermínea dançando após um baile para a Pacha Mama que, para as comunidades andinas, é a representação máxima da força da natureza, é a divindade suprema dessas culturas. Esta festa acontece nos dois países Brasil e Bolívia, na data de 24 de janeiro e tem como mote a celebração da divindade *Ekeko*, Deus da abundância, provedor de todos os desejos. Este Deus é um dos inúmeros deuses da cultura andina pré-colombiana, todavia, essa divindade é responsável (no solstício de verão) por fertilizar a terra (Pacha Mama) para as próximas plantações (SILVA, 1997). No Brasil, essa mesma divindade é cultuada, mas com o objetivo de aproximar os migrantes bolivianos, criando redes de contatos e ajuda, fortalecendo a abundância da feira Kantuta, assim sendo, esse provedor de abundância é coberto com o *cholo* e cultuado como o “patrão da fortuna”, abençoando com dinheiro todos os migrantes que participam da festa na feira Kantuta. (SILVA, 2007).



FOTO 10: Ermínea em Caranavi-Bolívia, festividades para Pacha Mama
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

Em todo momento, nas entrevistas, Juan fez belas referências à Bolívia e as saudades que sentia de sua terra natal, “as festas, o lugar minha terra é linda vocês brasileiros precisam conhecer a Bolívia, as montanhas, a comida [...]”. Todavia, começou a falar de suas sobrinhas e de toda dificuldade que eles começaram a passar depois do término do serviço militar. O serviço militar na Bolívia é obrigatório a partir dos 18 anos, e Juan se alistou como voluntário: “Foi uma época muito boa, quando somos garotos o exército é uma aventura, e virei o orgulho da casa, minha mãe, meu pai, minha família toda tinha muito gosto de me ver fardado [...] o dinheiro no final do mês era certinho, não falhava e isso era muito bom, conseguia pagar as contas de casa e ainda sobrava para passear, não era muito, mas era muito boa essa época”.



FOTO 11: Sobrinhas em Caranavi-Bolívia, festividades para Pacha Mama
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

Diante desse contexto, é notável que os migrantes bolivianos possuem um enraizamento muito forte em relação as tradições da Bolívia, especialmente com as festas, pois a maioria de suas lembranças de infância tende a se tornar muito fortes do lado de cá da fronteira. Por esse motivo, os bolivianos e bolivianas que entram no processo de migração, tendem também por representar os espaços de saída e chegada como “Territórios construídos a partir de uma perspectiva relacional do espaço”, o lugar de nascimento, o lugar de vida é encarado como o espaço contenedor das histórias vividas, “é visto completamente inserido de relação social-históricas [...]” (HAESBAERT, 2010, p.80). E, por terem essa relação social-histórica com o espaço de saída, precisam se desterritorializar, no entanto, como o autor afirma, não existe desterritorialização, o que existe é uma constante construção de territórios dentro dos espaços e do tempo.

O fato de considerarmos o território num sentido amplo, multidimensional e multiescalar, jamais restringindo-o a um espaço uniescalar como o Estado nação, não implica menosprezar sua especificidades geo-históricas, sua diferenciação de acordo com os contextos históricos e geográficos em que é produzido (HAESBAERT, p. 96).

“Territorializar-se, dessa forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais”. (HAESBAERT). Outrossim, os migrantes bolivianos em São Paulo, vão construindo suas territorialidades nos espaços de trabalho, moradia, lazer e etc.

De fato, a Bolívia se tornou um país fornecedor de migrantes. A emigração ganhou tamanho peso no país, a ponto de que hoje se estima que 20% da população viva no exterior, de acordo com informações do ministério das relações exteriores da Bolívia seriam 8 milhões de habitantes e 2 milhões de migrantes espalhados pelo mundo (SILVA, 2009, p. 6).

Nessa perspectiva, diversas crises econômicas atravessaram a Bolívia nas últimas décadas. O país está localizado no centro do continente sul-americano, com área de 1.098.581 km² e uma população de 10,9 milhões de habitantes, com uma taxa de desemprego que alcançou 11,0% da população economicamente ativa, os trabalhadores ocupados com empregos extremamente precários aumentaram de 22% em 2001, para 57,5% em 2011, e isso ocorreu em todos os setores no mercado laboral urbano, segundo o Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Trabalho e Agricultura (CEDLA).

Situação econômica estrutural

AÑO	PIB (a precio de mercado)	Tasa de desempleo urbano (Eje)	Empleo eventual	Empleo precario extremo	Empleo informal
2001	1.68%	7.5%	30%	22%	65%
2007	4.56%	9.5%	-	-	-
2008	6.15%	10.2%	50%	59%	60%
2009	3.36%	11.0%	49%	59%	62%
2010	4.13%	8.9%	49%	60%	63.4%
2011	5.17%	7.9%	47%	57.5%	65%
2012	5.18%	8.0% (p)	-	-	-
2013	6.78%	-	-	-	-

Fuente: Elaboración propia con base en datos del INE y ECEDLA 2001 - 2011

Fonte: INE, ECEDLA

Assim sendo, desenvolveu-se uma reforma agrária ao avesso, pois no período “[...] 1953 e 1992, foram distribuídos 60 milhões de hectares, 88% delas beneficiando empresários, a maioria das planícies tropicais, e 10% para indígenas e camponeses dos vales e altiplanos centrais”, segundo o centro de Comunicação e Desenvolvimento Andino (CENDA). Ademais, como efeito, houve a evasão campesina devido à falta de apoio técnico e financeiro, e ainda, a ausência de infraestrutura para o efetivo assentamento desses homens e, por fim, foram criados minifúndios que aceleraram o êxodo rural. Dessa forma, a saturação das cidades, cuja rede urbana ainda não havia se estruturado, foi apenas uma questão de tempo para que uma nova evasão, agora, do país, se efetivasse.

Iara Rolnik Xavier (2009) relatou em um de seus trabalhos publicados na *Revista Travessia*, que um exemplo claro desse crescimento urbano, sem a urbanização necessária, é a cidade de El Alto, cidade Satélite de La Paz. A cidade se formou a partir de reforma agrária nos anos 1950, com a divisão de terras em lotes menores e não urbanizados.

A procura por situações de reprodução social que atenuem a pobreza extrema, o povo boliviano tem participado na periferia da divisão social do trabalho, sendo um país exportador de mão de obra barata. Atualmente, o Ministério das Relações Exteriores da Bolívia estima que 20% de sua população (dois milhões de pessoas) vivam no exterior.

A cidade El Alto é uma clara situação de “fuga social”, situada no altiplano andino a 4100 metros de altitude, que cresceu como cidade satélite da capital La Paz. Esta cidade passou de 405 mil habitantes em 1992, para 647 mil habitantes em 2001, segundo o Instituto Nacional de Emigração (INE), sendo 99,6% desta população, considerada urbana. A fragilidade social deste departamento se caracteriza pela quase inexistência de serviços públicos e falta de empregos, portanto, os migrantes que participaram desta pesquisa, apontaram essas condições como as principais forças que os fizeram emigrar.

Inicialmente, foi definido que em todas as entrevistas, que se faria a seguinte pergunta: “Qual foi o principal motivo que o trouxe ao Brasil?” E em todas as repostas, foi possível observar os fatores de expulsão/atração envolvidos. Nos fatores de expulsão, estão presentes as condições de vida que o indivíduo e/ou a família estavam

expostos lá na Bolívia. Para Alejandro: “Meus motivos? É certo que saí de lá procurando viver melhor, procurando mais dinheiro, mas, aqui encontrei outras coisas também meus filhos podem viver melhor eu vivo melhor...”

Essa é uma das 22 entrevistas feitas em uma oficina de costura situada na rua Doutor Urbano Pereira, bairro de Artur Alvim, São Paulo-SP.

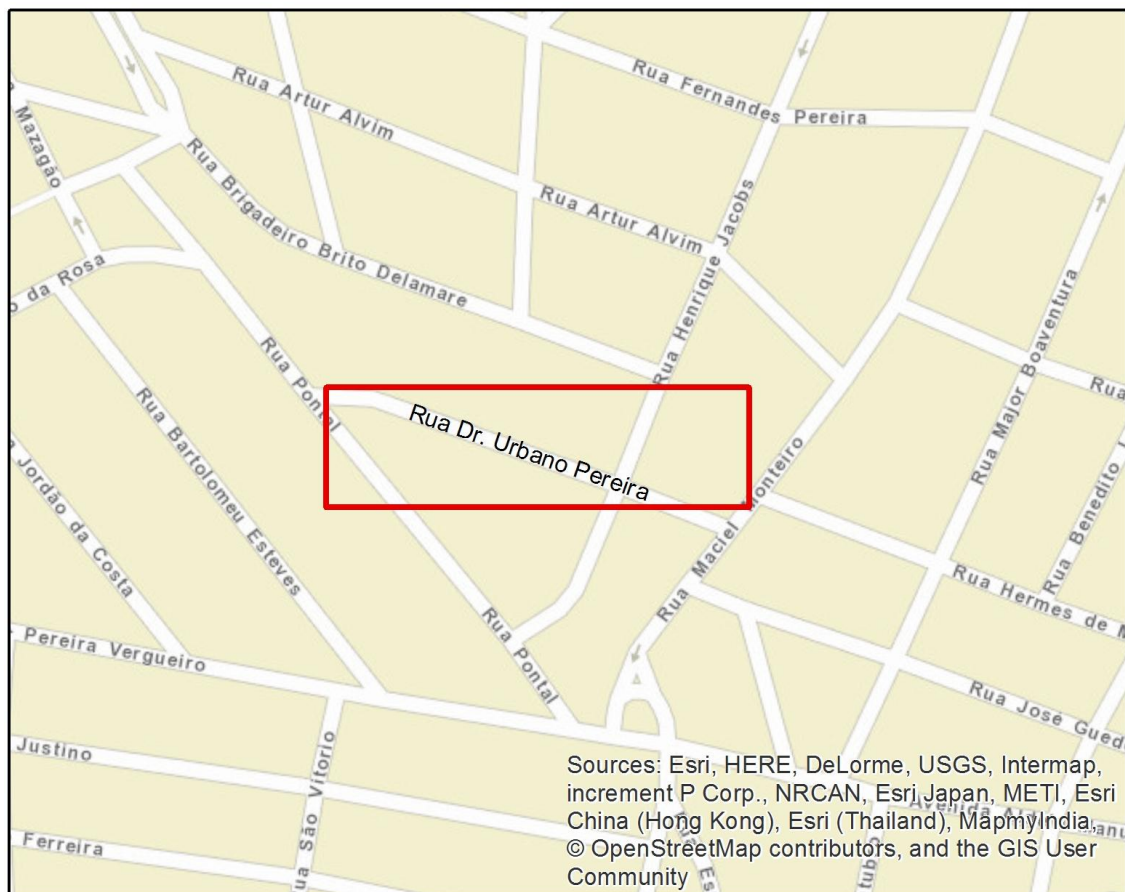


FIGURA 8 : Localização das entrevistas

AUTOR: Danilo Santos de Jesus

É importante destacar que esta amostragem é pequena em relação ao todo do processo migratório boliviano para o Brasil e, por isso, deve-se olhar para esses relatos com o cuidado de separar os motivos estruturais e/ou pessoais que levam um indivíduo migrar, como nos alerta Singer:

Convém sempre distinguir os motivos (individuais) para migrar das causas (estruturais) da migração. Os motivos se manifestam no quadro

geral das condições socioeconômicas que induzem a migrar. [...] O que importa é não esquecer que a primeira determinação de quem vai e de quem fica é social ou, se quiser, de classe. Dadas determinadas circunstância, uma classe social é posta em movimento. Num segundo momento, condições objetivas e subjetivas determinam que membros desta classe migrarão antes e quais ficarão para trás. (Singer, 1990, p.52)

Segundo Xavier (2009), El Alto, ou “cidade-migrante”, como vem sendo chamada pelos pesquisadores da pastoral do migrante e pelo NEPO, é a principal fornecedora de mão de obra para as confecções brasileiras centralizadas na cidade de São Paulo, usando como porta de entrada a cidade de Corumbá. Essa mão de obra transita pelo território do Mato Grosso do Sul e funciona como uma “ponte” para as indústrias de confecções paulistas.

O Mato Grosso do Sul, para os migrantes entrevistados nesta pesquisa, serviu como uma ponte para as confecções do estado de São Paulo, pois entre os entrevistados somente 5, em um universo de 22, tiveram que passar um tempo na cidade de Corumbá, a fim de organizar documentos e também o restante da viagem. Assim, a chegada ao Brasil passa muito mais pela chegada a São Paulo – objetivo final do processo migratório. Dentre os diversos motivos para a migração, observou-se que um dos fatores de atração é a valorização da moeda brasileira em relação à moeda boliviana, o peso boliviano, em média, vale metade da cotação do Real, segundo exchange.org 1 Peso Boliviano = 0,46341 Reais Brasileiros em 20/7/2015.

A própria valorização da moeda brasileira, aliada ao importante “ciclo” de crescimento econômico da última década, compõem o atrativo do lado de cá da fronteira, é aqui que os emigrantes encontram a força necessária para se manter longe de casa e em movimento. O Brasil, dessa forma, acaba sendo visto como espaço de possibilidade de ascensão social, uma provação que os migrantes têm que passar antes de conseguir a tão desejada mobilidade social, um período que, embora “transitório”, pode se constituir como definitivo para os e/imigrantes. Goettert (2004) mostrou como sujeitos deslocados [Migração interna brasileira] carregam consigo a transitoriedade migratória, capaz de tornar o lugar desconhecido em lar, desse modo, São Paulo e suas oportunidades passam a pertencer ao migrante tal qual a sua cidade natal.

Ermínea e Pablo (nomes fictícios), um casal de trabalhadores bolivianos entrevistados na cidade de São Paulo relatou que o primeiro dos três filhos que tiveram, foi gerado com a intenção de não serem deportados do Brasil, já os dois seguintes foram gerados porque nas palavras dela: “o Brasil é um lugar *mucho bom de vivir* e que seus filhos terão mais oportunidade de *vivir* aqui *em Brasil*”, deixando evidente a intenção de constituir família e morar definitivamente no Brasil. Os migrantes que acessam tais serviços sociais renovam a força de trabalho e, de certa forma, acabam por alimentar o fluxo migratório, repercutindo em suas comunidades na Bolívia, o quão bom é trabalhar no Brasil, expectativa de trabalho renovada (GOETTERT, 2004), agora o ajuste do migrante ao local de chegada é uma questão de tempo.

Anita (nome fictício), uma funcionária da oficina, também disse ter engravidado com o objetivo de se estabilizar no Brasil. A foto abaixo ilustra o seu local de trabalho e moradia. Ademais, do lado direito inferior da foto, é possível observar parte de sua cama (Anita não autorizou uma foto completa de sua cama). Tal fato, mostra a realidade de muitos bolivianos, na qual, os limites do tempo de trabalho ficam menos nítidos na confusão entre trabalho e vida doméstica, reforçando a carga horária de trabalho, de modo que, às vezes, o tempo de trabalho passa a ser dado pela resistência física.” (SILVA, 2009).



FOTO 12: Anita, em casa, no bairro Arthur Alvim - SP
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

Entretanto, foi possível observar em vários relatos, como os de Juan, Pablo e Ermínea, esta última relatou sua relação com o posto de saúde Parque Arthur Alvim UBS, situado na Rua Henrique Jacobs:

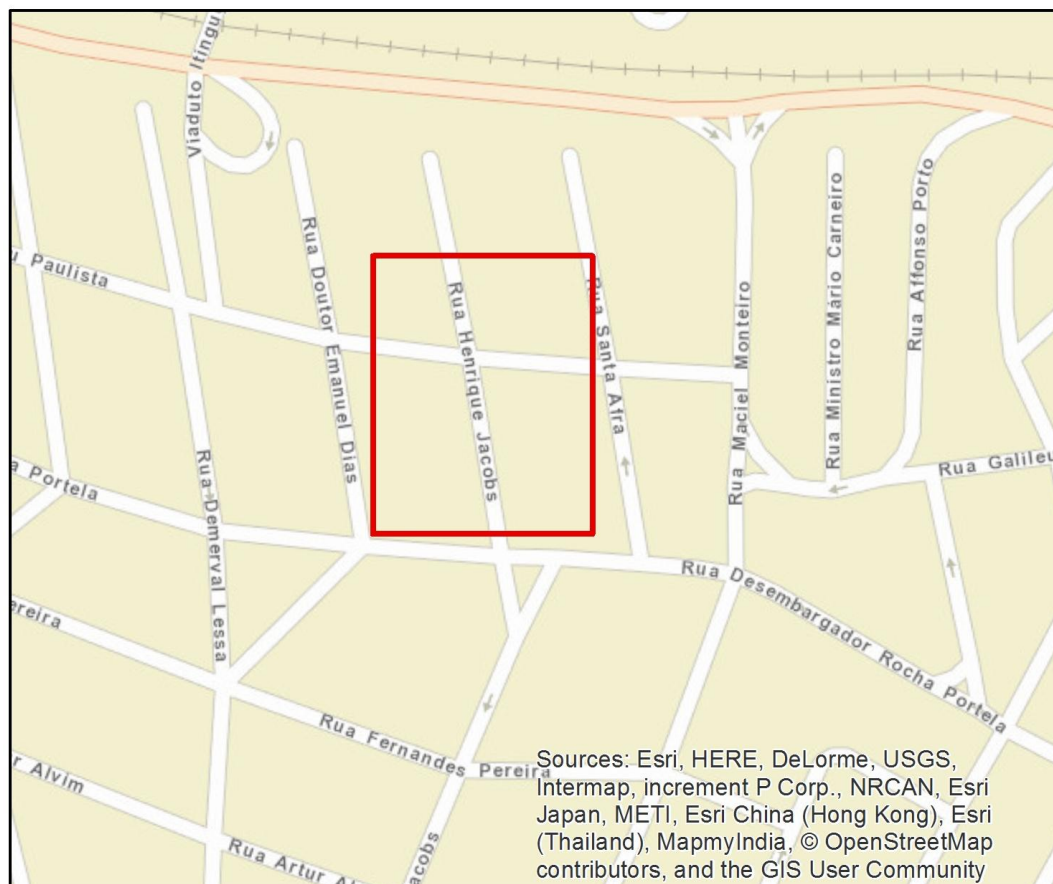


FIGURA 9 : Localização UBS - Artur Alvim
AUTOR: Danilo Santos de Jesus

“Posto de saúde tudo bem... não gostam de dar os remédios, dizem que estamos tomando os remédios dos brasileiros, mas tudo bem”.

Em um dos estudos sobre o acesso dos migrantes aos programas sociais, o qual discorre sobre os serviços de saúde utilizados pelos bolivianos e bolivianas (adultos e crianças), em São Paulo, a autora Vanessa Nogueira Martinez, também pesquisadora da USP-SP, defendeu a dissertação de mestrado “Equidade em saúde: o caso da tuberculose na comunidade de bolivianos no município de São Paulo.”(2012). Essa pesquisa mostrou alguns problemas na equidade de atendimento entre bolivianos e brasileiros e também quanto ao acesso regular ao programa de tratamento de

tuberculoses (remédios e consultas constantes, cesta básica), programas de vacinação e etc.

Nesse sentido, é importante destacar que é garantido, por força de lei, que o estrangeiro regularmente presente no Brasil, tem os mesmos direitos dos brasileiros no tocante ao sistema de saúde (artigo 94 do Estatuto do Estrangeiro, de 1980), que foi substituído pela nova Lei de Migração para o país que, no tocante aos direitos a saúde e educação, manteve os direitos da antiga lei. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou em 21/05/2015, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 288/13, de autoria do presidente do colegiado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que estabelece:

Art 4º. Aos imigrantes é garantido, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como:

Inciso VIII – acesso aos serviços públicos de saúde e de assistência social e previdência social, nos termos da lei;

Inciso X – direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade;

Inciso XI – garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador.³

Dentre outros pontos, também é importante ressaltar as condições de mobilidade social oferecidas no Brasil, bem como os serviços sociais oferecidos pelo Estado, sendo que, a educação das crianças é sempre lembrada pelo migrante como um ponto forte para se viver no Brasil, em razão do acesso ao material escolar, uniforme, merenda de qualidade, leite em pó (Programa Leve Leite, Prefeitura de São Paulo), e até o sonho do curso universitário.

Um dos estudos que aborda essa perspectiva da migração e estabilização do migrante no lugar de chegada, é a dissertação do programa de mestrado da USP-SP “Fronteiras do direito humano à educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo”, de autoria de Giovanna Mode Magalhães (2010), em que a pesquisadora citou alguns exemplos de como os bolivianos usufruem das

³ (Lei de migração 288/13 , 21/05/2015)

políticas sociais do estado de São Paulo, mesmo que em alguns momentos, os bolivianos tenham alguns problemas no acesso a esses direitos.

Em relação ao acesso amplo e irrestrito ao programa de saúde SUS, merece destaque os programas para as gestantes. Os exemplos mais citados são: programas Mãe Paulistana e o Rede Cegonha, os quais garantem as gestantes os tratamentos: pré-natal e pós-natal, bem como passagens de ônibus gratuitas, caso more distante da UBS, kit que contém um cobertor, uma toalha, dois conjuntos de calças do tipo pagão, um conjunto de casaco, gorro e sapatos de lã, duas calças de malha, dois macacões e uma bolsa, que é entregue somente a mãe que fizer todos os exames e comparecer às consultas.

Na rede municipal de ensino paulistana, existem hoje 1.446 alunos e alunas nascidos na Bolívia (dados de 2009), além dos que estão matriculados na rede estadual e dos que estão em idade escolar e fora de qualquer escola. Esses alunos têm acesso aos kits escolares com todo material de consumo em sala de aula, além de uniformes e 2 kg de leite em pó integral por criança, entregues em casa mensalmente.

Na foto abaixo, durante outra rodada de entrevistas, Ermínea apontou para os filhos e disse: “Estou aqui por causa deles, vim para o Brasil com o sonho de ganhar dinheiro e eles me deram essa estabilidade, porque agora não posso ser mandada de volta, eles são brasileiros, e agora eu não quero que eles passem o que eu passei na Bolívia, a Bolívia para eles é só para passeio, visitar a avó, aqui no Brasil eles estão muito bem, gordinhos, olha aí”.



FOTO 13: filhos de Ermínea em casa, no bairro Arthur Alvim - SP

Ermínea deixou evidente que os postos de saúde, as escolas, as políticas públicas em geral, no Brasil, são um forte atrativo para os migrantes bolivianos que desejam alguma mobilidade social, um sonho, um desejo, mesmo que o salário seja baixo e a carga horária seja extenuante (14, 16 horas), para ela, os filhos estão melhores assistidos no Brasil do que na Bolívia.

E, por último, as leis trabalhistas são, em muitos momentos, o motivo apontado pelos migrantes para justificar a sua ausência na terra natal, ao mesmo tempo em que se tornam um alibi para suportar as adversidades vividas em terra estrangeira. A lembrança de uma infância de escassez, trabalho árduo e sem saúde pública, faz com que o migrante enxergue em seus filhos, a possibilidade de uma nova oportunidade para a família.

Assim, foi possível perceber nas entrevistas, que o migrante de início, cria relações provisórias, mas que ao longo do tempo tendem a se tornar relações permanentes, e quanto mais tempo o migrante fica do lado de cá da fronteira Brasil-Bolívia, mais difícil se torna o seu regresso, seja por melhores condições de vida, por melhores relações de trabalho, e/ou pelo sonho de uma vida melhor para seus filhos.

2. 2. - Estado, Capital e Trabalho no Brasil: “atração” de migrantes bolivianos

Para viver em trânsito é preciso se convencer de que vale a pena tentar fincar suas raízes em outro lugar. A ideia do consumo como definidor de “nível” de cidadania ou mesmo a fuga de situações de extrema pobreza, mantém as pessoas em um constante deslocamento à procura de possibilidades de subsistência e de mobilidade social, enfim, são as condições da migração por trabalho. Sayad (1998), em seus estudos, mostra a realidade da migração argelina para França, que tem a semente do desejo de mobilidade social e o sonho de uma vida melhor no país de destino, desse modo, é propício fazer um paralelo com a situação do migrante boliviano.

Nosso país é bom para quem só quer viver [se alimentar] (...) se você se contenta com isso, melhor; se não, você precisa começar a correr. Se fosse só a fome da barriga? (...) mas a fome não é apenas o que a gente precisa pôr na barriga, é também a fome das costas [que é preciso vestir], dos pés [que é preciso calçar], da dor de barriga [que é preciso curar], do teto [que é preciso cobrir], da cabeça [das crianças, que é preciso escolarizar] (SAYAD, 1998, p. 28).

Em consonância com o excerto do autor, “a fome de vestir” acaba por ser um fator preponderante nessa opção de transitar pelo espaço à procura de trabalho e melhores condições de vida. Diante dessa realidade e atento a essas movimentações, está o empresário que utiliza essa mão de obra mais vulnerável às condições de trabalho extremas, da maneira mais violenta possível, a fim de auferir lucros com a produção das mercadorias da indústria de tecelagem. Na foto a seguir, também é possível observar a confusão dos espaços de trabalho e moradia, pois a oferta de emprego aceita por esse migrante, também vem atrelada ao oferecimento de moradia. E ainda, observa-se ao fundo, o colchão disponibilizado pelo patrão para que a migrante durma ao lado da máquina, ao final de cada jornada de trabalho.



FOTO 14: oficina no bairro Arthur Alvim - SP
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

Outro fato pertinente, também sobre o trabalho desses migrantes, está nas relações de trabalho observadas por Martins (2009), que em diferentes contextos de migração aparece também na migração boliviana para o Brasil “[...] o capital tira, pois, vantagens comparativas do atraso social e econômico. Sobretudo tira vantagens do amortecimento da consciência” (MARTINS, 2009, p. 94). Mesmo assim, o imigrante continua a trabalhar, pois não reconhece sua situação como degradante, “[...] além disso, entra em relações de trabalho que, no geral, não são piores do que as que conhece habitualmente” (MARTINS, 2009, p. 92).

Na ilustração a seguir é possível observar ao fundo, sob a escada, um espaço usado como armário de roupas pelo trabalhador boliviano presente na imagem.



FOTO 15: oficina no bairro Arthur Alvim - SP
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

Na foto a seguir, também é possível verificar, ao fundo, a cozinha comum a todos os trabalhadores da oficina/casa, como as corporações de ofício no início da organização do sistema capitalista, onde são preparados os alimentos da semana de trabalho. Sobre o assunto, é importante esclarecer que o feitiço da comida diária (almoço e janta) é escalado por período e pelo grupo, que seleciona um dos trabalhadores para fazê-la para todos os outros colegas, com o objetivo de não parar totalmente a produção. O mesmo ocorre com o horário de almoço que é por turno, ou seja, em pequenos

grupos, os trabalhadores vão almoçar e imediatamente ao término do almoço, voltam para as máquinas para que o próximo grupo possa deixar o trabalho e ir se alimentar.

Adicionalmente, indagou-se sobre o cumprimento da hora de almoço completa, com descanso e intervalos durante o dia, e de acordo com os relatos, todos trabalhadores reconheceram a necessidade e gostariam de fazer, porém eles também reconheceram que tal ação diminuiria o volume da produção diária, ou, aumentaria ainda mais o tempo sentado na frente de sua máquina de costura.



FOTO 16: oficina no bairro Arthur Alvim - SP

AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

Conforme os relatos dos bolivianos entrevistados, trabalhar em confecções ou em outra área da indústria brasileira é de certa forma, melhor que trabalhar na agricultura ou em indústrias bolivianas. Primeiro, pela maior facilidade de alocação no mercado de trabalho e, em segundo, por terem melhor remuneração. Da mesma forma, e contraditoriamente, é na cidade de São Paulo e região metropolitana que são flagradas as principais situações de trabalho “escravo” ou “semiescravo” de bolivianos envolvidos na indústria da tecelagem.

Os esforços das autoridades paulistas aparecem de forma pontual e aparentemente ineficaz, pois os casos de abusos dos trabalhadores e desrespeito as leis trabalhistas são frequentes. Em São Paulo, a Câmara municipal, tratou de instaurar uma

comissão parlamentar de inquérito (CPI) para resolver o assunto, mas nada mudou desde então, segue abaixo parte da resolução apresentada pela CPI ao Ministério Público e SRTE-SP:

Um grande desafio da CPI do trabalho escravo (Câmara Municipal de São Paulo) foi localizar e desarticular essas redes de exploração do trabalho que apoiadas em diversas oficinas terceirizadas (...) O primeiro golpe significativo que essa rede levou foi a autuação das lojas MARISA, que foi multada em mais de 600 mil reais por manter 15 bolivianos e 1 peruano em condições de escravidão segundo a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE-SP) (JESUS, 2010, p. 5).

2. 3. - Bolivianos em São Paulo



FIGURA 10: Localização São Paulo
AUTOR: Danilo Santos de Jesus

Observando parte da comunidade boliviana em São Paulo, é possível entender que o fenômeno “situação de fronteira”, definido por José de Souza Martins “como lugar social da alteridade, confronto e conflito” (2009, p.30), é vivido pelos migrantes e, em específico, é a situação da migrante boliviana Ermínea, que participou das entrevistas e nos ajudou a construir este trabalho. Essa migrante tentou se reproduzir socialmente em meio à outra realidade social, algo que ela deixou evidente em seus

relatos. Em algumas entrevistas, o componente “velocidade” foi diversas vezes citado como um problema na integração dela com os brasileiros: “a velocidade em que as coisas acontecem e a pressa que todo mundo tem me atrapalha, eu não consigo conversar com as pessoas daqui.”

A saudade é outro elemento que se faz presente o tempo todo durante as entrevistas, nas quais foi possível verificar a apreensão e os olhos cheios de lágrimas quando Ermínea e outros entrevistados falavam de suas origens e, sobretudo, dos locais onde viviam. Já a promessa de volta ficou atrelada, muitas vezes, à acumulação de algum capital monetário, para em um segundo momento da vida, abrir algum negócio (comércio) na cidade natal.

No bojo dessas relações socioespaciais, deve-se entender que as cidades Caranavi/Bolívia e São Paulo/Brasil são espaços em contato mesmo estando alguns milhares de quilômetros de distância. Subvertendo o conceito de fronteira que separa os dois países e a ideia de que o espaço de fronteira está apenas na borda, na linha limítrofe que determina a jurisdição de cada Estado, essas cidades estão em permanente contato dentro do cotidiano dessa migrante, formando uma relação orgânica em que o desenvolvimento, tanto de uma, como de outra, depende de uma relação “simbiótica”, as cidades não podem “sobreviver” separadas (dentro do migrante), pois compartilham histórias, espaços de lembrança, objetos sociais, relações culturais e até desenvolvimento econômico, conferindo-lhes a característica do “fole da sanfona” que em seu vai e vem toca os dois lados da fronteira. Esse fenômeno observado nos migrantes entrevistados indica o que pode ser o conceito de fronteira, e no mundo moderno, delimita não o conflito e a integração, mas a sobreposição e a união dos espaços.

Os processos migratórios rompem com as fantasias das culturas nacionais homogêneas e das identidades fixas e consolidadas. Muitos imigrantes e seus descendentes, socializados na confluência de “culturas nacionais” distintas, sentem-se familiarizados e estranhos dos dois lados do limite internacional (ALBUQUERQUE, 2010, p. 218).

A situação de fronteira é, de fato, uma situação singular. Estar presente entre dois lugares regidos por códigos, simbólicos, morais e (i)legais diferentes, acaba por

exigir dos migrantes atitudes e práticas distintas, pautadas na negociação entre todos esses códigos. Dessa maneira, encontra-se um terceiro modo de vida que não é só o de *lá* e nem só o de *cá*, é um modo de vida *entre*, como o conceito que traz à luz a relação entre o passado e o futuro na construção do presente (Mondardo, p.107, 2009).

Esse terceiro espaço que é o entre-lugar (nem lá, nem cá), é uma espécie de espaço que permite ao migrante fazer qualquer coisa que esteja ao seu alcance para reproduzir o espaço deixado para trás, todavia, por mais que esse migrante se esforce para tal, ele acaba construindo espaços de solidão e não consegue reproduzir o espaço deixado e tão pouco o insere no espaço de chegada.

Observa-se também, na migração boliviana, que quanto mais duro o lado de cá representa ao migrante, mais ligado ao lado de lá ele fica, e conseqüentemente, produz um terceiro espaço impregnado das duas culturas:

O entre-lugar [...] é um conceito que aponta para um determinado arranjo espacial que se caracteriza por ser fronteira, ou seja, ao mesmo tempo em que separa e limita, permite o contato e aproxima. É local daqueles que estão de passagem e em movimento buscando os afetos e as razões para enraizar e permanecer. É lugar de estranhamento e ao mesmo tempo potencializador de identidades. (FERRAZ, 2010, p. 30)

Mas a fronteira se restringe só à linha internacional? Ou mesmo só a faixa de fronteira (150 Km) ? Como se dão parte das relações socioespaciais construídas pelos migrantes bolivianos no Brasil, mais especificamente, na cidade de São Paulo/SP que chegam “*cá*” em correntes migratórias fortalecidas pelos processos de exclusões sociais, simbólicas, econômicas e espaciais ocorridas “*lá*” na Bolívia?

Ao longo dos trabalhos de campo realizados em São Paulo, dentro das oficinas/casas dos migrantes, situadas na zona leste, bairro de Artur Alvim, houve quatro oportunidades para conversar com eles sobre a experiência vivida no processo de migração, com o foco nas duas primeiras rodadas de entrevistas, nas visões da fronteira no outro como o corpo, responderam: a “situação de fronteira”, mesmo estando a quilômetros da linha internacional de fronteira, como foi possível inferir por meio dos relatos e entrevistas colhidas a partir do dia 14 de Setembro de 2014. Desse modo, julgou-se essa outra visão de fronteira mais importante para o trabalho, mais completa e, por isso, abarca inúmeras relações com o espaço habitado pelo migrante, indo além do

“lá” e “cá” da fronteira institucional moderna. Nessa direção, foram propostas duas visões de fronteira, uma “maior” e outra “menor”, aquela que é institucional e nacional, e esta, cotidiana, das pessoas.

Nesse sentido, apreendeu-se que o sentido de fronteira é muito mais amplo, “assim, uma fronteira não é somente um fato geográfico, mas também é um fato social de uma riqueza considerável” (RAFFESTIN, 2005, p.10), de modo que a verdadeira construção dos limites fronteiriços vem das relações construídas entre os sujeitos sociais, sejam elas quais forem, são sempre “díades” duplicidades criadoras de uma relação orgânica entre espaços, criando o fato/fenômeno o qual denominamos fronteira, ou seja, campos sociais em que indivíduos são os agentes construtores das imbricações que provocam o que podemos chamar de “situação de fronteira”, esse entre-lugar capaz de assumir características próprias, cosmologias e cosmografias, que constituem a peculiaridade do espaço geográfico da fronteira. Milton Santos mostra um pouco dessa peculiaridade do “lugar e cotidiano”, a fronteira do cotidiano:

Mas a proximidade que interessa ao geógrafo – conforme já vimos – não se limita a uma mera definição de distâncias; ela tem que ver com a contiguidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. Não são apenas relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidade das relações. (SANTOS, 2010, p. 588).

A Geografia técnica, “fixa”, tende a ver a fronteira como um marco visível que delimita e separa duas porções de terra, ou mesmo como uma linha imaginária que separa nações e Estados. A Geografia social, mais “fluida”, enxerga a fronteira como ponto/linha em que a “copresença” (SANTOS, 2010), o contato permeável a todas as esferas da vida social, cultural e econômica, ponto/linha que dependendo das situações pode coincidir com o ponto/linha dos Estados nacionais ou não. Os limites das várias fronteiras existentes na “situação de fronteira” dependem diretamente das escalas e dos poderes que estão sendo observados e levados em consideração, é assim que tentando entender como e onde as flexibilidades das fronteiras se tocam, se sobrepõe e se perpassam que é possível entender o fenômeno da migração boliviana para o Brasil. Dessa maneira, estar na fronteira é estar dentro de um caldeirão com forças, muitas

vezes desconhecidas, mas que consubstanciam as ações políticas do centro do país até suas bordas.

Para muitos, o espaço é a categoria essencial da Geografia, um conceito-chave capaz de dar sentido a todo o escopo de conhecimentos que a Geografia construiu ao longo dos anos, apesar dessa complexidade que a palavra espaço carrega dentro da ciência geográfica, espaço é uma expressão corriqueira em nosso dia a dia, Douglas Santos (2007) em seu texto “O que é Geografia?” lista diversos momentos em que a palavra espaço aparece corriqueiramente em nosso vocabulário cotidiano, aparece nos espaços do quarto de casa e sua mobília, chegando ao firmamento e seu espaço sideral em uma sucessão de escalas e significados que ultrapassam o físico, o metafísico e para além.

Em outra abordagem, o autor enuncia também que só colocar o adjetivo “geográfico” no espaço não resolve nada, não torna o espaço um objeto de estudo, pois o que se quer desse conceito é que ele mostre como são as relações de produção das formas desses espaços, como e sob quais relações esse espaço foi e está sendo construído, e, em que medida o próprio espaço alterou a sua construção numa ligação dialógica entre os espaços e os agentes que o ocupam. Logo, entende-se por espaço geográfico toda “a forma resultante dos processos constitutivos de qualquer fenômeno”. Em São Paulo, os espaços ocupados pelos bolivianos têm todas as características de (re) construção contínua do espaço geográfico.

Com efeito, destaca-se em apreciação também o espaço relacional de Milton Santos (1988), em que as formas (objetos sociais e naturais) e conteúdos (vida que os anima) criam o espaço geográfico. Se o espaço é forma e conteúdo, pode-se dizer que essa praça (forma) em São Paulo é (re)significada por meio das vivências, a Kantuta é o símbolo de um espaço/tempo boliviano no espaço/tempo paulista.



FOTO 17: Placa de fundação da praça Kantuta
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014



FOTO 18: Quadro dentro do centro cultural da praça Kantuta
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

Ao ver essas imagens, é possível apreciar o espaço sendo reconstruído pela presença desses migrantes que, carregados de intencionalidades, redesenham não só a feira Kantuta como também as oficinas/moradias por onde passam, deixando marcas

que se encontram e se desencontram, leves e profundas, que formam e deformam aquele chão de lazer, resistência e saudade. Nesse sentido, é factível ver os pés desses migrantes como as cintilações que animam aquelas formas (praças), e são evidências próprias do espaço se materializando em uma espécie de atitude consubstanciadora do chão da fronteira, caracterizado pela negociação constante entre a cultura que o migrante carrega e a “luta” das diversas esferas sociais na construção deste espaço múltiplo, capaz de definir o nós e o outro na diferença. As fronteiras, então, são esses espaços geográficos ambíguos, fluidos e simbólicos, que mesmo longe do limite internacional, interferem diretamente no comportamento do indivíduo em cada espaço, sejam elas fronteiras étnicas, culturais e etc.

Para os migrantes, é preciso reaprender o que nunca foi ensinado (SANTOS, 2010), eles precisam criar uma maneira de viver que não é à maneira do local de origem e tão pouco pode ser à maneira do local de chegada, então uma terceira via de sobrevivência deve ser paulatinamente configurada para possibilitar o migrante, reduzir o estranhamento de viver em outro ritmo.

Nesse momento, os conceitos de espaço geográfico e fronteira podem ser encarados e explicitados de várias formas, dependendo do contexto em que estiverem sendo empregados, inclusive podem assumir um significado singular. Todavia, em se tratando de geografia e, por conseguinte, focou-se no conceito de *espaço geográfico* e *fronteira* já citados acima, oferecidos pela nossa ciência. Portanto, por espaço geográfico, entende-se “como espaço social, vívido, em estreita correlação com a prática social e não deve ser visto como espaço absoluto, espaço da cartografia “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções” (Corrêa, 2010, p.25). E por fronteira, compreende-se como aquele elemento que separa duas porções territoriais (materiais e imateriais), porém, pressupõe o contato, produzindo um lado de “lá” e um de “cá” e também um entre-lugar, configurando uma “simbiose” entre os espaços (GOETTERT).

A fronteira é um espaço de contato e, logo, possui símbolos para demarcar os espaços dos mais diversos estratos políticos e sociais. Esses elementos que se chocam e se comunicam, produzem sentimentos de *pertencimento* e paradoxalmente de *não pertencimento*. Se esse contato acontecer entre Estados-nações, tem-se como resultado a

produção de territórios políticos onde as máquinas públicas exercerão seus poderes, tornando a fronteira um limite entre o dentro e fora, um marco que em tese seria capaz de obstar ou fomentar os fluxos de pessoas e mercadorias.

Essas foram ideias discutidas por Haesbaert em seu livro “O mito da desterritorialização” (2011, p.76), que cita duas características básicas do território, a primeira: é a *política-relacional* que envolve os macropoderes (institucionais) e os micropoderes (cotidiano da população). A segunda: o *caráter integrador* que o Estado impõe ao espaço a fim de justificar suas políticas públicas na gestão dos espaços, pessoas e atividades.

No controle das fronteiras, o que mais salta aos olhos são exatamente essas duas características citadas, a relação institucional de gestão da faixa de fronteira, pelo Estado brasileiro, determina mudanças estruturais no comércio e na circulação de pessoas. Em contrapartida, os fluxos populacionais, de comerciantes e mão de obra criam estratégias para continuarem a desembarcar na cidade de São Paulo, onde certamente se aloarão nas indústrias de tecelagem.

A fronteira que também pode ser vista como área de contato onde as trocas socioeconômicas podem suscitar trocas ainda mais profundas, ou seja, as trocas culturais, como a já citada feira Kantuta, que torna a ideia do outro - o boliviano, muito mais rica e diversa, é resultado direto do contato constante com o outro e seus costumes.

A proximidade no espaço social [...] predispõe à aproximação: as pessoas inscritas em um setor restrito do espaço serão ao mesmo tempo mais próximas (por suas propriedades e suas disposições, seus gostos) e mais inclinadas a se aproximar; e também mais fáceis de abordar, de mobilizar (BOURDIEU, 2003, p.25).

Com efeito, Pesavento (2002, p.37), no livro “Fronteiras Culturais: Brasil, Uruguai, Argentina”, organizado por Martins (2002), crê que se deve “tomar a fronteira como conceito possibilitador para se encontrar novos sujeitos, novas construções, novas percepções de mundo”. Institucionalmente a fronteira separa, mas o que se vê no chão da fronteira é que socialmente a fronteira une: “Chegamos, pois, ao ponto nuclear, que é o valor universal da fronteira possibilitada pela sua condição de transcendência, que envolve o distanciamento e o estranhamento como atitude, e a ambivalência e a

ambiguidade como condição de ser”. É esse comportamento duplo que dá a fronteira essa tipificação de espaço tão especial de “terceiro lugar”.

Em diversas conversas com brasileiros e bolivianos, o principal ponto de união citado por ambos, foi à procura por trabalho. Eles relataram sobre as artimanhas para conseguir os documentos necessários para trabalhar nos dois países, e de como os migrantes se deslocam pela fronteira atrás de melhores condições sociais.

Em um espaço mais integrado, apesar das divisões claras e duras, em um mundo que deseja constantemente trocar capitais culturais, que diferentemente dos projetos de poder territorial moderno, deseja tanto o contato sociocultural que produz linhas de fugas capazes de subverter as ordens estatais de separação, cita-se, assim, qualquer contato que ligue as duas pontas do movimento migratório, desde o fluxo de mão de obra entre países e regiões, os viajantes, os poderes paralelos, os meios técnicos – informacionais, mesmo que este atenda, de fato, uma parcela diminuta da população boliviana que por meio de seu poder econômico, pode ser considerada multiterritorial.

O maior acesso às tecnologias digitais tem proporcionado aos mais diversos grupos sociais, veículos de luta e resistência, promovendo o que se nomeia de manifestações dos *localismos*, em resposta ao movimento homogenizador da cultura *global*. A *situação de fronteira* é um exemplo claro da difícil hibridização dos espaços, cada cidade, povo, ponto comercial e/ou indústria têxtil assumem um caráter escamoteável, que escapa a qualquer padronização. Será que a feira Kantuta em São Paulo tem esse caráter de *localismo*, características próprias?

As fotos, retiradas de algumas das 56 barracas de comidas típicas, serviços e lazer da feira Kantuta em São Paulo, mostra que os administradores, comerciantes e frequentadores da feira estão lá para uma coisa muito maior que o comércio. Eles a frequentam para matar as saudades de casa por meio do contato com as feiras típicas da Bolívia. Esse *localismo* se manifesta nas falas dos entrevistados presentes na feira.



FOTO 19: de uma banca de artesanato da feira Kantuta
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

Marcus, boliviano e frequentador fiel da feira dominical, relatou que a feira Kantuta é igualzinha às feiras da periferia de La Paz, onde mora: “As comidas, o som das pessoas, a alegria é igual às feiras da Bolívia, lá eu tomava suco de pêsego seco, aqui tem (apontando para a barraca) eu como saltenha, compro milho (roxo) faço tudo que fazia lá na Bolívia”.



FOTO 20: Comércio da praça Kantuta
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014



FOTO 21: Pelucaria (cabeleireiro) da feira Kantuta
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

Conforme ilustra a foto acima, o salão de beleza é uma atração concorrida, os sorrisos e a fila para cortar o cabelo, conforme a tradição boliviana reza, é quase a totalidade dos pedidos nessa *pelucaria*, como dizem os bolivianos, todos na fila pedem o corte “tradicional” e saem bem satisfeitos com a lembrança de cortar o cabelo do mesmo modo que lá na Bolívia. Em uma breve conversa com Ramon, o cabeleireiro responsável pela barraca, que permitiu apenas algumas fotos e poucas perguntas, devido ao acúmulo de clientes e desconfiança da entrevista, relatou que: “Eu gosto muito de cortar cabelo aqui, é melhor que na Bolívia, todos aqui saem felizes (risos)... Eles vêm aqui para ficar bonito para namorar e matar a saudades eu creio que só um pouco, acho que é mais para namorar (risos).”

Esse contexto é um dos exemplos de adaptação dos migrantes às políticas institucionais para a migração e permanência no país, uma vez que cada migrante tenta reproduzir a sua vida antes da migração, reproduzindo no Brasil situações do cotidiano boliviano, sua comida, seu estilo de vida, e para isso, precisa do “permiso” das autoridades brasileiras, portanto, todos os proprietários dessas barracas têm visto de

entrada, permanência e de trabalho regularizados, isto é, permissão legalizada pela prefeitura de São Paulo para montar suas barracas.

Esses migrantes que cada vez mais se tornam presenças constantes no cotidiano paulista, nos bairros do Santo Amaro, Brás, Pari, Artur Alvim, entre outros locais tradicionalmente conhecidos pelas confecções e comércios de roupas e tecidos, acabam por fazer parte do cotidiano paulista. Nesses bairros, a presença do migrante já foi vista com muita resistência, entretanto, hoje a resistência tem diminuído, como foi possível observar nas entrevistas feitas na Rua Fontes Malheiros, no bairro de Artur Alvim.

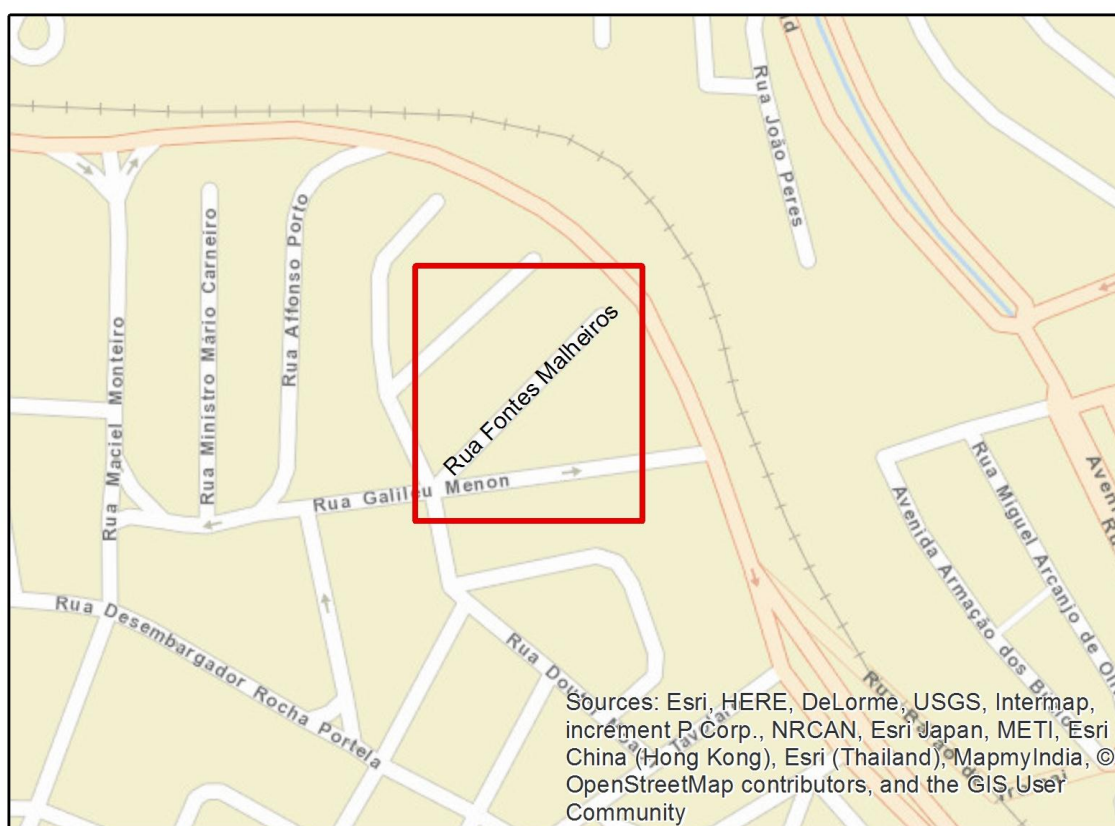


FIGURA 11 : Localização das entrevistas com a senhora Nadir e alguns bolivianos.

AUTOR: Danilo Santos de Jesus

A senhora Nadir, vizinha de uma oficina em que os trabalhadores e residentes participaram das entrevistas presentes neste trabalho, quando foi perguntada se tinha alguma relação com os vizinhos migrantes, ela relatou o seguinte: “Eu não gostava muito deles não, quando chegaram aqui, eu estranhava um pouco, agora não tenho

problemas com eles, não, fiquei até amiga deles, você sabe, criança aqui em casa eles tem um monte de crianças”.

Ademais, ao ser questionada sobre como se deu o primeiro contato, a senhora Nadir relatou o seguinte: “A primeira vez? (risos). Foi um pouco engraçado, sabe essa história da bola? Pois bem, caiu uma bola aqui e não apareceu dono, ninguém veio buscar a bola e não era de nenhum dos meninos da rua, passou um tempo caiu a segunda bola e ninguém era dono, também, tive a ideia de ir no vizinho e perguntar, escuta aqui essas bolas são de vocês, e aí veio aquele monte de criança pegar as bolas começamos a conversar a partir disso (risos).”

Ainda sobre o assunto relacionamento, foi indagado para a senhora Nadir, ao que ela atribuía esse estranhamento com os vizinhos recém chegados e, na opinião dela, qual o motivo para os vizinhos não virem buscar a bola?

Acho que é medo né, muita gente acaba tratando eles mal e aí eles não falam com ninguém, assim evitam ter problemas com os vizinhos, eles têm muito medo dessas coisas de polícia, de mandarem eles de volta para os pais deles e também esse monte de gente trabalhando aí isso deve ser ilegal né.

Perguntou-se também: A presença desses bolivianos aqui, como vizinhos, incomoda a senhora?

De jeito nenhum! Olha o ano passado [2014] fizemos uma festa junina aqui na rua, a gente sempre fazia isso, aqui é uma rua sem saída, então da para fazer essas coisas, e foi muito legal, convidamos eles, e vieram todos, cada um trouxe um prato diferente, e foi muito bom comer a comida deles, o engraçado é que todo mundo comeu a comida deles e acabou tudo (risos). Aí ficamos amigos, ano que vem, se tudo der certo e eu tiver forças ainda, vamos montar uma barraca para eles..

De acordo com o excerto acima, é flagrante esse processo de modificação dos espaços por meio da cultura trazida e de aproximação do outro mediante o contato e intercâmbio de cultura. Essas sensações de distanciamento e integração são parte do cotidiano do espaço e sujeito fronteiro (migrante), arrisca-se dizer que são exatamente esses sentimentos que tornam a fronteira e os fronteirios objetos de constante estudo, em que se percebe a cada olhar, a interpenetração, a troca de experiências sociais e a

cultura dos sujeitos. No cotidiano desses migrantes, foi possível testemunhar a construção de espaços que, paradoxalmente, constroem eles mesmos e nessa relação dialógica, aparecem personagens que foram desafiados dos laços sociais na Bolívia e vieram para o Brasil atrás de uma nova filiação de cunho econômico, para no futuro, voltarem à Bolívia e se encaixarem no sistema social novamente. No entanto, nesta estadia provisória em busca de recursos que lhes garantam novas oportunidades sociais, o migrante tende a ir reconstruindo lentamente o espaço e tempo deixados para trás e que não são mais seus, em um novo espaço e tempo que também não os pertencem, gerando, ao que parece, a hibridização do local de chegada.

A migração abandona os valores que foram formadores, mas ao mesmo tempo os carrega como tropa de choque para a nova situação. Pessoas e lugares são deixados para trás. [...] uma forma de viver comum a todos é abandonada em troca de um viver afundado em outra realidade simbólica (CUNHA, 2007, p.109).

Nessa lógica, a vivência do boliviano em São Paulo, mais precisamente nos bairros do Pari, Brás, Bresser e Artur Alvim tem se revelado muito mais comum do que se imagina, e os migrantes que outrora viviam “escondidos” em suas casas e oficinas, agora são visto caminhando, passeando e até relaxando do lado de fora das lojas e oficinas onde prestam serviços. Em fotos tiradas no trabalho de campo, é possível apreciar um casal de bolivianos que estão, segundo eles, “tomando um sol depois do almoço”.



Dessa maneira, a fronteira é o entre-lugar que o sujeito se encontra, seja na porção limítrofe de um Estado ou em seu centro, é onde o sujeito troca vivências e cultura, bem como entra em contado direto com o outro. A festa junina da rua Fontes Malheiros em São Paulo é um exemplo claro dessa troca, mas pode-se ver ao longo deste trabalho, a gama de conexões que os bolivianos e bolivianas formam no Brasil, desde sua chegada, nos seu dia a dia e no retorno, esses bolivianos carregam a fronteira dentro de si. Essas visões da/de fronteira não se resumem a um significado apenas, pode-se então dizer que a fronteira é o lugar das visibilidades:

Pois as visibilidades, por sua vez, por mais que se esforcem para não se ocultarem, não são de imediatamente vistas nem visíveis. Elas são até mesmo invisíveis enquanto permanecermos nos objetos, nas coisas ou nas qualidades sensíveis, sem nos alçarmos até a condição que as abre (DELEUZE, 2005, p. 66).

O lugar em que se encontra o migrante é por excelência o espaço em que ocorrem as relações de contato e estranhamento, trata-se do local da possibilidade de multiplicidades, das distintas trajetórias que coexistem (MASSEY, 2008). Destarte, o espaço mais propício às multiplicidades é a fronteira construída no outro. Igualmente, “A fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta [...]” (BOURDIEU, 2010, p.115). É nesse território dividido e integrado que vivemos rodeados por objetos e significações que atribuímos a eles por meio do tempo, ou seja, a todo tempo significa-se o espaço e o migrante boliviano, que ao se estabelecer na cidade de São Paulo, se torna mais um elemento produtor de territorialidades.

CAPÍTULO III

“Território de Passagem”: Bolivianos e a construção dos espaços

3. 1. – As relações entre cá e lá Brasil-Bolívia

Algumas perguntas se tornam pertinentes diante das relações deixadas lá na Bolívia e das relações construídas aqui no Brasil: Como que essas famílias de trabalhadores que estão *lá* e também *cá* participam das redes de contato, de informação e de passagem para migrantes dos bolivianos para São Paulo? No bojo das relações sociais, culturais, jurídicas e de trabalho, quais as relações desenvolvidas pelos migrantes bolivianos que se dirigem para o bairro do Pari, na região do Bom Retiro em São Paulo?

A história desse bairro de São Paulo é construída por migrantes de várias nacionalidades que, sucessivamente, vão substituindo os fluxos migratórios do bairro, e curiosamente é nesse bairro que os bolivianos chegaram para substituir o fluxo anterior. A região do Bom Retiro é caracterizada por um relevo bem suave devido a sua localização de várzea dos rios Tietê e Tamanduateí, razão pela qual o bairro tem uma planície bem amena e propícia para urbanização rápida.

Por ser um bairro central, passou por vários ciclos de desenvolvimento. No início do século XIX, era apenas um retiro de férias daí a origem e o futuro nome Bom Retiro, contudo, suas características físicas e geográficas que tanto atraíam as pessoas, foram alteradas, o que provocou as primeiras mudanças no bairro, desse modo, seu solo argiloso e a proximidade do centro, fizeram com que olarias se instalassem neste local a fim de abastecer a cidade, mas a verdadeira mudança estaria por vir com a construção da Estrada de Ferro São Paulo Railway que liga Santos a Jundiaí, desse modo, o Bom Retiro virou ponto obrigatório na escala dos migrantes que chegavam ao Brasil.

O bairro de italianos era, sobretudo operário, e por esse motivo a concentração de pessoas cresceu cada vez mais com a chegada dos judeus, povo com grande tradição no comércio. Assim sendo, as condições estavam criadas para o desenvolvimento comercial da região, e a partir dos anos 30, os judeus já contavam com sinagogas,

escolas, o Teatro de Arte Israelita Brasileiro. E ainda, bem instalados no local, eles começam a ser ponto de referência na confecção e venda de vestuários.

Imprimindo um ritmo de trabalho frenético, os judeus começaram a ter problemas com a mão de obra nacional que não se adaptava as condições extremas de trabalho, além de exigir o cumprimento da CLT. Dessa forma, a chegada de imigrantes coreanos nos anos 60, “caiu como uma luva” para os judeus que fizeram uso dessa mão de obra até meados dos anos 80, quando uma anistia do governo federal legalizou a situação dos coreanos, os quais passaram a montar suas confecções e também comprá-las da segunda geração de judeus que não mais queriam exercer esta atividade (SILVA, 2005).

Atualmente, estima-se que há cerca de 250 mil coreanos e descendentes no Brasil. Os coreanos são um dos grupos de imigrantes que vieram mais recentemente ao país, sendo que aproximadamente 92% estão no estado de São Paulo, 90% moram e trabalham na capital paulista (IBGE, 2012). Calcula-se que 80% dos coreanos instalados no Brasil trabalhem com roupas e que de cada três peças de moda feminina feitas no Brasil, uma delas é feita por empresa da comunidade coreana, onde atualmente vivem 140 mil deles. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2010).

Os coreanos são um capítulo a parte na história recente do bairro, pois ao caminhar pelas ruas, é fácil notar que muitos coreanos são os donos dos meios de produção e comércio de roupas, o que nos leva a pensar, se os coreanos eram os braços da produção nos anos 80, quem será que está desempenhando esse papel hoje? Os bolivianos são os novos braços dessa produção de roupas? A pesquisa apontou as subcontratações feitas pelos coreanos são, de modo geral, de oficinas de bolivianos, a terceirização da produção dividiu a produção das roupas em modelagem para os coreanos e produção para os bolivianos, esse fato concentrou a migração boliviana para esse bairro, explicando a concentração de bolivianos nas imediações, e também a materialização da feira Kantuta, como pode ser visto na foto a seguir.

A história do bairro evidencia que se trata de uma região que sistematicamente foi alvo de fluxos migratórios e, ao longo do tempo, acabou acomodando esses recém chegados, contrastando com muitas opiniões apontadas pelos entrevistados deste trabalho. A rejeição aos bolivianos, pelos moradores vizinhos a feira, é uma surpresa,

pois em sua grande maioria, os entrevistados pertencem a fluxos migratórios anteriores a vinda dos bolivianos, ou, são descendentes desses primeiros migrantes. A foto abaixo demonstra que a prefeitura de São Paulo renomeou a praça, a fim de deixar claro que esse espaço agora é território boliviano.



FOTO 23: MUDANÇA DE NOME DA PRAÇA
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

A formação da feira Kantuta teve e tem um viés econômico, todavia, ela serviu em grande medida, para diminuir a distância entre o migrante e suas antigas práticas diárias, mas sem dúvida é a saudade de casa, o envio de mercadorias, dinheiro, tráfico e o tráfego de trabalhadores que são as principais forças que mantêm a rede de contatos e informação funcionando, já que é nessa estadia para o trabalho que os ausentes procuram telefones, *e-mails* e cartas para refazer sua força de trabalho.

Alguns dos entrevistados disseram que só entravam em contato com suas famílias em momentos de muita saudade e solidão, porque se entrassem em contato constantemente, poderiam “se enfraquecer, ficar doente de saudades” e não aguentariam ficar no Brasil. Contraditoriamente, quanto mais falam com seus familiares, mais isolados e tristes esses trabalhadores vão ficando. Nessa luta psicológica, muitas vezes, as lágrimas são as únicas com presença constante. Nas palavras de Ermínea:

Sinto muitas saudades [lágrimas]... Antes era mais difícil, telefone caro, tudo caro... E também falar com a família deixa a gente mais fraca para o trabalho... Dá muita vontade de voltar... Hoje vamos lá

aos finais de ano e é muito bom rever a família... Esse ano não vamos o dinheiro está pouco e a vida aqui no Brasil está cara... O mercado... As coisas tudo caro.

No corolário dessa teia de situações, as relações desses migrantes nas sociedades receptoras são delimitadas em seu tempo e território, materializando-se nas feiras, espaços de convivência criados para amenizar a saudade do lugar de origem, simultaneamente à constituição de redes de contratação para o trabalho:

[...] esses contatos acabam acontecendo, seja na rua, nas praças, nos campos de futebol, nos bares e igrejas. Um dos locais mais conhecidos por grande parte deles é a Praça Padre Bento (nome original da praça Katuta), em Pari, a qual é conhecida como o principal local de contratação de mão-de-obra para as confecções na cidade. [...] [e com base em Beltrão e em Seligmann-Silva] o intenso ritmo de produção [...] afeta não somente os seus corpos, mas sobretudo as suas mentes, uma vez que o trabalho é feito sob a pressão de ‘dar a produção’ (SILVA, 1998. p. 180-181).



FOTO 24: Praça Kantuta, Pari / São Paulo.
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014



FOTO 25: Possível subcontratação de mão de obra na feira Kantuta, Pari / São Paulo.
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

A foto acima apresenta uma prática antiga, conforme publicado em artigo no jornal O Globo de 1992, na contratação de força de trabalho, esses agentes de contratação de mão de obra migrante, distribuem cartões, conversam e até anunciam os empregos ofertados, curiosamente deixam evidente também, as extremas condições de trabalho e a falta de regulamentação por meio da CLT.

Todos os domingos, a Praça Padre Bento, em frente à imponente Igreja Santo Antônio do Pari, em São Paulo, se transforma no cenário de uma insólita atividade, uma evocação moderna dos mercados de escravos que funcionaram na cidade dos barões do café até o século passado. Dezenas de imigrantes sul-americanos oferecem-se como força-de-trabalho para os coreanos que mantêm oficinas de costura na cidade. As condições de trabalho pouco variam: jornada de 16 horas diárias e um cativeiro que só pára da tarde de sábado à noite de domingo. (...) A partir das 18h, os primeiros imigrantes – na maioria bolivianos em situação irregular no país – chegam à praça e vão se agrupando nos bancos sob as árvores e nos bares das redondezas. Por volta das 21h, o mercado informal estabelecido na Praça Padre Bento já concentra cerca de 100 clandestinos. É nesse momento que os primeiros donos das oficinas chegam e transformam a praça numa bolsa de ofertas, misturando palavras em português, espanhol e coreano (O GLOBO, 13 dez. 1992).

No entanto, se o trabalho é um dos componentes da migração, aquele que define a migração “do trabalho” para a acumulação do capital, segundo GAUDEMAR (1980),

ele não é o único elemento que dá sentido para o deslocamento do migrante. Para *além* do trabalho, mesmo que a ele relacionado, um conjunto de outras relações se estabelecem antes, durante e depois da migração. Para Silva:

A inserção desses imigrantes neste novo contexto sociocultural dá-se mediante uma estreita rede de relações que são estabelecidas entre os que já estão em São Paulo e aqueles que permanecem no país de origem, em geral, parentes e amigos. Nesse sentido, as relações de parentesco, apadrinhamento e de “paisanaje” são fundamentais para suavizar os impactos da chegada e fomentar o processo de reprodução social nas pequenas confecções. Por outro lado, a estratégia de sobrevivência e de adaptação em São Paulo impõe-lhes a individualização, a solidão, a desconfiança, o isolamento, a competição entre compatriotas e até mesmo a delação, além das mudanças drásticas nos domínios da dieta, língua, lazer, vestimenta, hábitos de poupança e consumo (SILVA, 1998, p. 176).

Com efeito, cria-se, em São Paulo, uma paisagem boliviana e um território boliviano, e que é “[...] fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...] uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder (SOUZA, 2010, p. 78-79). Para Ana Fani A. Carlos (2009, p 36.), “A paisagem urbana é a expressão da ordem e do caos, manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato.” Nesse sentido, a produção de um espaço característico que por sua essência representa o caos e a organização típica do boliviano em São Paulo, é vista como sendo seu próprio *habitus*.

O espaço de posições sociais se retraduz em um espaço de tomadas de posição pela intermediação do espaço de disposições (ou do *habitus*) [...] A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades [...] (Bourdieu, 1996, p. 21).

A produção de um espaço multinacional que se materializou na feira Kantuta está gerando uma “ordem” em que os bolivianos desfrutam de um espaço nostálgico capaz de atenuar as pressões da labuta semanal e também representa um “caos” na visão

dos brasileiros, ou seja, um “espaço fora do lugar”, onde o conflito se estabeleceu. O senhor *Roberto*, morador da rua Araguaia disse: “a feira até que é arrumada, mas o problema é a sujeira deixada por esse povo.” Goettert (2004) aponta para os estigmas (bons ou ruins) que o migrante carrega, como se o migrante apresentasse um selo de origem capaz de mostrar se é um “povo ordeiro” ou desordeiro, em muitas entrevistas com brasileiros, a palavra “porco” apareceu diversas vezes, rotulando os migrantes bolivianos.

O clima de rivalidade se evidenciou quando à moradora *Júlia* da rua Pedro Vicente foi indagada: Se você tivesse o poder de (re)mover a feira, para onde a mandaria? “Para a Bolívia.” (a mesma resposta de 58,8% dos entrevistados). Contraditoriamente, o “aparente” e o “imediato” desta paisagem aos domingos, que é de uma felicidade e diversidade cultural típica da cidade de São Paulo, uma praça colorida, sobretudo viva, provoca uma sensação estranha aos brasileiros, uma sensação de ser estrangeiro em seu próprio país.

Contudo, nos dias de semana, a praça vive situações de abandono total do poder público que, apesar de ter presente diversos aparelhos sociais vizinhos a Praça como a universidade IFSP, posto UBS-Pari, Albergue público, estação Armênia do metrô, escola de educação física da Polícia Militar, não consegue resolver o problema da violência. Quando foi questionado qual seria o principal problema da praça, as opiniões dos moradores se dividiram: 41,1% dos entrevistados acharam que é a violência, já 58,9% acreditaram que é o lixo deixado pelos bolivianos, um problema que poderia ser resolvido tranquilamente dialogando com o representante dos bolivianos Don Carlos, presidente da associação Praça Kantuta, que reorientou aos feirantes quanto a organização e limpeza da área e, de tempos em tempo anuncia no sistema de som da praça, dicas para os usuários da feira sobre o problema do lixo (anúncio feito em espanhol e português), entretanto, ficou evidente o pré-conceito dos moradores diante de outra cultura, outro povo. Quando questionados se tinham algum tipo de relação com os bolivianos, 88,2% dos entrevistados vizinhos a feira, afirmaram não conversar com “eles”.

Colocar a figura do outro na exclusão, no isolamento e na distância explica, muitas vezes, o extremo do sentimento humano, o racismo cujo um dos gatilhos é a

constituição de fronteiras sociais duras e impermeáveis ao diálogo entre os vizinhos da feira e seus organizadores. Essa fronteira não pode continuar a ser vista como um elemento de divisão, mas como um elemento de contato social e pressuposto para o intercâmbio cultural, desmobilizando a ideia de muitos paulistas que preferem simplesmente a “deportação dessas pessoas” e também o “fim da feira”, discurso registrado em diversas entrevistas.

Outro fenômeno observado pelos entrevistados é questão da violência, isto é, alguns assaltos ocorridos e relatados são atribuídos aos bolivianos da região, causando uma sensação de insegurança no local. Contrariamente, os bolivianos entrevistados sinalizaram para a violência nos dias em que a feira não funciona, pois durante os dias úteis da semana, esse espaço normalmente é ocupado por viciados e delinquentes da conhecida região da cracolândia. Assim sendo, quando ocorre a feria Kantuta, ela se torna um espaço seguro, justamente porque é ocupada pelo fluxo de pessoas da feira que, paulatinamente ao amanhecer dos domingos, vão resignificando o local.

A foto a seguir, mostra um carro de lanche que, segundo informações, foi deixado no local por problemas mecânicos e amanheceu na segunda-feira desse jeito:



FOTO 26: Carro de lanche queimado
AUTOR: Danilo Santos de Jesus, 2014

É fato que a paisagem é construída por uma soma de momentos históricos relacionados com a sociedade local que, por meio de conflitos com o outro e com o

próprio espaço, produz uma forma. Essa relação paradoxal entre brasileiros e bolivianos leva a um conflito de interesses: por um lado, a feira reafirma a identidade andina e por outro, eleva o preconceito exemplificado na resposta da primeira questão: Qual a sua opinião sobre o povo boliviano? 52,9% dos entrevistados responderam que acham que “*o povo boliviano é porco*”. Essa visão foi sedimentada no imaginário do brasileiro ao longo dos séculos e não apenas pela presença da feira Kantuta, o fato que iniciou essa ideia de povo sujo, surgiu com o tratado de Petrópolis que celebrou a construção da ferrovia madeira-mamoré (Brasil, Bolívia), que além de fomentar a interligação desses países, também fomentou “o surgimento de uma visão hostil e preconceituosa dos brasileiros em relação aos bolivianos, vistos como um povo feio, ignorante, traiçoeiro, preguiçoso, sujo [...]” segundo Durval Munis de Albuquerque Júnior (2007, p.69).

A exposição de alguns problemas gerados pelo choque entre duas culturas diferentes, lutando pelo mesmo espaço, mostrou que as raízes desse estranhamento aparecem quando se indaga sobre os assuntos de serviços públicos, questões de saúde e educação, principalmente porque para os brasileiros, os bolivianos se apresentam como usurpadores dos serviços que eles sustentam, contudo, também foi possível verificar que essas duas culturas estão construindo um espaço de lutas e, é dentro desse processo de forças antagônicas, que se encontra o embrião desse espaço ressignificado, uma espécie de paisagem multicultural que contempla os dois povos.

A contradição desse processo se dá por parte dos brasileiros que reivindicam o direito a praça, estendendo faixas com o *slogan* “A praça é nossa!” Se esquecem de que muitos são de origem estrangeira e que em algum momento da história foram tão “invasores” quanto os bolivianos de hoje (SILVA, 2005), uma boa recordação para a moradora da rua Canindé, Senhora *Maximino*, imigrante Alemã resistente a presença dos bolivianos: “Eu já não frequentava essa praça, agora menos ainda [...] é um bando de gente suja e falando espanhol, olha quando papai veio para o Brasil (fugindo da guerra na Europa) e veio trabalhar, não veio fazer festa como esses aí, aprendemos o português e estamos hoje aqui à família toda.”

Em outro momento da entrevista, a senhora *Maximino* se referiu aos bolivianos como invasores, e disse que eles não respeitam as leis e os costumes do Brasil: “Eles vem para cá [Brasil] e acham que estão na Bolívia, fazem o que querem, o governo

deveria fazer alguma coisa contra isso, não pode tomar conta das praças assim, fazer festa o dia todo, aqui temos regras [...]”. É preciso entender esse território em disputa [praça] para poder compreender a produção do espaço entre esses dois sujeitos sociais, o brasileiro estabelecido e o migrante *outsider*. A relação conflituosa entre eles, acabou por revelar o avesso dessa relação, pois na praça, o brasileiro é o *outsider*, e acredita-se que esse seja o centro do conflito. Tal conceito, estabelecidos/*outsiders*, foi observado por Norbert Elias e John L. Scotson, ao pesquisarem uma cidade [Winston Parva] na Inglaterra.

Talvez a migrante alemã seja o exemplo de como o conceito de Elias pôde ser tão escamotiável ao longo do tempo, pois a outrora migrante [*outsiders*], agora é moradora [estabelecida] e paulatinamente, com a chegada dos bolivianos e a construção do território Kantuta, voltou a ser uma *outsider*, mesmo que esteja morando ali desde os anos de 1950. Por ter migrado muito jovem, segundo ela com 6 anos de idade, ou por ter migrado em um fluxo de fuga de guerra, não participou com a sua família de uma reconstrução de costumes alemães no Brasil, com a promessa inconsciente de retorno à Alemanha não realizada, acabou por se tornar uma estabelecida e, por isso, entende a manifestação espacial e cultural da feira Kantuta com o preconceito de origem geográfica de Albuquerque, e tão pouco compreende o migrante como construtor de sua paisagem:

Mas estes carregam na bagagem, onde chegam, a marca do forasteiro, do migrante, muitas vezes do intruso ou do estranho. Não têm território próprio, muitas vezes apenas a lembrança e a saudade vaga de uma terra em que um dia nasceram, que carregam consigo aonde vão, tendo que permanentemente reconstruí-la em sua memória, através de seus relatos. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 88).

Diante do contexto apresentado, evidencia-se que o povo boliviano precisa se adaptar a sua nova realidade para sofrer menos com o preconceito e, para isso, tem que se socializar mais com os brasileiros que, por sua vez, deveriam respeitar de forma plena, a rica cultura boliviana. Assim, “Construir o Outro, nessa acepção, implica construir a fronteira que dele me separa – a fronteira começa por ser antes do mais a linha imaginária sobre a qual se projecta a noção de diferença e a partir da qual se torna possível a afirmação da identidade.” (Ribeiro, 2005)

Por fim, se o fluxo de imigrantes bolivianos vai continuar, não se sabe, mas pela maneira com que a estrutura da mão de obra na região vem se configurando, bem como pela dinâmica da indústria de tecelagem paulista, e talvez pela condição social da Bolívia, ou por outro motivo global, é certo que as máquinas estarão esperando todo e qualquer migrante que trabalhe a preços baixos. Com efeito, foi possível notar em algumas conversas com bolivianos e bolivianas que, a chance de mobilidade social é, no geral, o fator mais importante que alimenta esse movimento migratório, como também foi possível constatar no trabalho de Silva (2009), “depois de trabalharem para os coreanos e acumularem experiência no trabalho com costura, os bolivianos abrem suas próprias oficinas para prestarem serviços por encomenda”, mas uma coisa é certa, o convívio cada vez maior com bolivianos na cidade de São Paulo, sugere a produção de espaços em comum acordo, por meio da fusão das culturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo registrar e relatar as realidades dos bolivianos e bolivianas residentes no Brasil, provenientes dos fluxos migratórios dos anos de 1990 e 2000 para a cidade de São Paulo. Essas famílias e indivíduos entrevistados contribuíram de forma decisiva para o levantamento das características do fluxo migratório, apontando, dentro de suas diversidades, as múltiplas trajetórias que trazem o migrante até o Brasil.

Os fatores de repulsão encontrados nos relatos dos migrantes demonstraram que antes do migrante começar a se movimentar pelo espaço, esse indivíduo já se tornou migrante dentro de si mesmo, pois diversas narrativas seguem a linha de um trabalhador que só pensa em sair da Bolívia, e com todos os seus esforços voltados para articulação desse processo. Ademais, o desejo de mobilidade social, a falta de oportunidades na terra natal, bem como o imaginário das oportunidades relatadas pelos migrantes que retornam, desperta o indivíduo para esse movimento. Pablo (16 anos), um de nossos entrevistados, deixou evidente em suas respostas, como desejava sair da Bolívia: “Eu não tinha o que fazer lá na Bolívia, queria trabalhar, mas não no campo, queria trabalhar nas lojas, limpo, e não tinha como.” O desejo de trabalhar em atividades urbanas e que, segundo o entrevistado, essa oportunidade não estava disponível para ele na Bolívia, fez com que um indivíduo de 16 anos e com boa parte da vida pela frente, se colocasse em movimento migratório, ou seja, a desilusão com seu país, para ele, foi motivo de partida para os desafios em terras distantes.

Com efeito, tomada a decisão de migrar, agora é preciso se desterritorializar, cortar vínculos com o local e formar os desejos de futuro em outro espaço de vida e trabalho, desse modo, o migrante começa a reterritorializar sua existência fora de seu país. A inserção rápida no mercado de trabalho no Brasil, alimentou o desejo de boa parte dos entrevistados que, conforme as respostas a pergunta: — *o que fez você enxergar o Brasil possibilidade de futuro?* Eles relataram que no Brasil é muito fácil arranjar emprego e que, na verdade, já saem empregados de lá da Bolívia. Esse desejo de mobilidade social por meio de oportunidades de emprego, é a principal condição para o fluxo migratório de bolivianos e bolivianas, rumo às confecções paulistanas.

Adicionalmente, é curioso observar que todo esse movimento é mantido por dois tipos de migrantes, os de primeiro fluxo, anos 90, como Don Carlos, imigrante regularizado, com cidadania e dono de uma das oficinas visitadas no bairro de Artur Alvim. Já estabilizado e com uma considerável mobilidade social, ele oferece suporte e serve de “exemplo” para Pablo (16 anos) e outros que ele trouxe da Bolívia, que trabalham 12/14 horas por dia para receber em torno de 600/ 700 dólares mensais [câmbio R\$. 3, 83], gerando uma renda em torno de 2.800,00 Reais. Essas diferenças entre Carlos e Pablo são citadas a todo tempo como modelo, e os migrantes que não se comportam como Pablo, dentro da oficina onde trabalham, são taxados de gastões e sem futuro.

O desejo despertado nos indivíduos, ainda na sua terra natal, é deflagrado pelos amigos que voltam das confecções paulistanas com algum dinheiro para gastar nas festas de final de ano como Carnaval e Pachamama. As histórias contadas sobre a realidade brasileira como poder de consumo, trabalho garantido e acesso a programas sociais, despertam, especialmente nas mulheres (com filhos) e famílias empobrecidas (camponeses) das cidades do interior, à vontade quase que impositiva de seguir o aparente e único caminho que possibilitaria a sua reprodução social, o caminho do Brasil. A família de Ermínea é um dos exemplos pesquisado neste trabalho que confirma a realidade mencionada acima, haja vista que, conforme seu relato, ela e a família têm acesso à saúde e à educação públicas de melhor qualidade comparada as oferecidas na Bolívia, e ainda elenca elementos que justificam tais melhorias, os quais foram decisivos para a migração e posterior permanência no Brasil, como o acesso ao programa social mãe paulistana, kits escolares para seus filhos, vacinação e visita do programa médico da família em casa.

A ideia de apresentar, neste trabalho, a migração como um fenômeno de duas pontas, lá e cá, por meio das narrativas dos migrantes sobre os dois espaços, mostrou que em igual medida, os dois lados da fronteira são responsáveis pelo movimento constante de bolivianos para o Brasil, selecionando tanto lá, como cá, tipos de migrantes por classe social e com grau acadêmico alto, como são os migrantes bolivianos formados em medicina e engenharia responsáveis pelo primeiro fluxo de migrantes bolivianos no Brasil, e os de classe social mais baixa, com pouca ou sem instrução acadêmica, marcas do fluxo migratório dos anos 90. Ademais, foi possível averiguar

que é notório o pré-conceito dos brasileiros diante dos bolivianos de classe social mais baixa, e este fato torna-se flagrante, quando o migrante manifesta sua identidade, alterando o espaço ao seu redor, como é o caso do entorno da feira Kantuta.

Outrossim, em 23 entrevistas feitas no entorno da praça, dentre outras rodadas de entrevistas realizadas nas oficinas, 18 concedidas por brasileiros e 5 por bolivianos ali residentes, elenca-se apenas uma dessas entrevistas, já exposta neste trabalho, sobre uma migrante alemã que é radicalmente contra a migração boliviana para o Brasil, ela acredita que o governo erra em não deportá-los e quando questionada sobre o fato dela mesmo ser de outro país, ela responde assim: “eu era criança e já trabalhava, esses aí não querem sabem de nada, meu pai era metalúrgico formado, e aqui estudou, depois de um tempo, no Senai, a gente é diferente”.

Nesse sentido, essa gama de relações que o migrante está sujeito, desde sua saída da Bolívia até sua chegada ao Brasil, diversas são as maneiras com que ele se relaciona com os fatores de repulsão e atração e, por isso, é difícil identificar um padrão de comportamento entre os entrevistados que sobreponha a questão socioeconômica.

Para tanto, a presente dissertação evidência a vida do migrante no local de chegada, bem como quais estratégias são adotadas por eles para se reproduzirem socialmente, preservando alguns costumes tradicionais de seu país. É na força de trabalho que o fluxo migratório boliviano se organiza e, é com ela que o boliviano experimenta a sociedade brasileira e integra-se lentamente ao contexto social brasileiro, à medida que transforma seus modos de reprodução social anterior. Esses elementos observados durante as investigações desembocaram na produção do entre-lugar, esse terceiro espaço que a migração produz, garantindo ao migrante manter parte de suas raízes em um contexto social diferente do deixado para trás como símbolos, comportamentos, culinária, entre outros, são elementos usados pelos bolivianos na configuração do novo espaço, ou seja, são esses elementos que dão condições para a reprodução sócio-espacial do indivíduo.

A condição de produtor de territórios culturais como a praça Kantuta, apontou que o grupo, ou indivíduo nunca se desterritorializa totalmente, nunca corta suas raízes totalmente, o entre-lugar produzido pelo migrante, é a prova de sua ligação com o tempo e o espaço deixado para trás.

O primeiro fluxo migratório boliviano, ocorrido entre os anos 70 e 80, caracterizado por profissionais liberais com bom nível acadêmico, médicos e engenheiros, parece reforçar o atual momento desse fluxo, pois esses imigrantes já estão estabilizados econômica e juridicamente no Brasil, com filhos de nacionalidade brasileira que acessam livremente todos os serviços sociais de um cidadão brasileiro, e que, por vezes, tais serviços não são oferecidos na Bolívia, ou, são de baixa qualidade.

Tal fato, cria no imaginário dos bolivianos que não migraram, que o Brasil é a terra das oportunidades. Esses motivos fazem com que os migrantes venham para o Brasil não só em busca da mobilidade social, mas também pelo acesso aos serviços sociais que o Estado brasileiro garante, sendo que, o dado que mais explicita esse desejo, é o ingresso cada vez maior aos sistemas educacionais brasileiros e de saúde, haja vista que os pais não desejam para os filhos, a pressão sofrida durante os anos de trabalho duro nas confecções terceirizadas.

Diante desse contexto, é importante reiterar sobre a dinâmica do capitalismo internacional, que se articula para receber tecidos a preços baixos da China e monta as confecções com mão de obra migrante e, de modo geral, informal, bem como produz à custa do trabalhador, roupas e acessórios a um preço muito baixo, para serem comercializadas nas grandes lojas de varejistas.

Assim, esta dissertação trouxe como resultado, com base nas entrevistas realizadas e literatura pesquisada, alguns dos motivos que fazem esse fluxo de migrantes bolivianos para o Brasil ser tão constante e importante. Logo, é preciso estudar com mais profundidade a questão da estabilização do migrante em nossa sociedade, porque, os migrantes mais pobres, sofrem diversos preconceitos e, por essa razão, se fecham e se afastam, inibindo o contato profundo com os brasileiros, o que facilita e favorece toda a cadeia de documentos falsos e a exploração da mão de obra migrante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *Adinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.

ALBUQUERQUE, Júnior, Durval Muniz de. *Preconceito conta a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia / Durval Muniz de Albuquerque Júnior*. São Paulo: Cortez, 2007.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia de população*. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. – 2. Ed.– São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Pierre Bourdieu: Tradução: Mariza Corrêa – Campinas, SP: Papirus, 1996.

SILVA, Carlos Freire da. Precisa-se: bolivianos na indústria de confecções em São Paulo; Travessia, São Paulo, v. 63, p. 5-11 Janeiro – abril, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 8. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009. (repensando a geografia).

CASTRO, Iná Elias (org) *et al*, CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 13 edição, Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.

COSTA, Alfredo Bruto da. *Exclusões sociais*. Reimpressão, S,l: cadernos democráticos, Ed. Graiva Publicações, 1998.

CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti. *Migração e identidade: olhares sobre o tema*. – 1ºed. São Paulo : Centauro, 2007.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Ed. brasiliense, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a parti de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*, Rio De Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1999.

FERRAZ, Cláudio Benito. *O Entre-Lugar*. In: *Revista Entre-Lugar*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD. Ano 1, n. 1, p. 15-31. 2010.

FUSCO, Wilson; SOUCHAUD, Sylvain. Uniões exogâmicas dos imigrantes bolivianos na fronteira do Brasil. *Revista Travessia*, São Paulo, v. 63, p. 32-38, Janeiro – abril, 2009. Publicação do CEM.

GOETTERT, Jones Dari. *O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou*. Tese de Doutorado, Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia – FCT-UNESP, 2004.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 6ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

INE, El proceso de urbanización em Bolívia: 1992-2001. La Paz, 3ª edición. 2004.

JESUS, Danilo Santos de. *A resistência deixa sua marca no espaço*. Porto Alegre: <http://www.agb.org.br/xvieng/anais/edp.php?orderBy=inscricoes.nome>. 2010.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia. Brasília, Departamento de Antropologia – UNB, 2002.

MARTINEZ, Vanessa Nogueira. *Equidade em saúde: o caso da tuberculose na comunidade de bolivianos no município de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, (2010).

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MONDARDO, Marcos Leandro. *OS PERÍODOS DAS MIGRAÇÕES TERRITÓRIOS E IDENTIDADES EM FRANCISCO BELTRÃO/PR*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia UFGD. Dourados – MS, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, MARTINS, Maria Helena (orga.). *Fronteiras Culturais: Brasil, Uruguai, Argentina*. Cotia (SP): Ateliê editorial, 2002.

SANTOS, Douglas. *O que é geografia?*, 2007.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo/SP, Ed. Hucitec, 1988.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1998.

MAGALHÃES, Giovanna Mode . *Fronteiras do direito humano à educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo : Contexto. 2009.

POUTIGNAT, Philippe Poutignat e STREIFF-FENART, Jocelyne, *Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth*. São Paulo: fundação editora da UNESP, 1998.

RIBEIRO, Antonio Silva. A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira / A globalização e as ciências sociais / Boaventura de Sousa Santos (org.). 3. Ed. São Paulo – Cortez, 2005.

SOUSA SANTOS, B. *A gramática do tempo - para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Epistemologias do sul / Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses [orgs.]. – São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, Milton. Epistemologias do sul / Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses [orgs.]. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Carlos freire da. Precisa-se: bolivianos na indústria de confecções em São Paulo: In *Revista Travessia*, São Paulo, v. 63, p. 5-11 Janeiro – abril, 2009.

SILVA, Sidney A. da. *Imigrantes bolivianos que trabalham nas pequenas confecções de São Paulo: aspectos do seu processo de reprodução social*. In: O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 175-190.

SILVA, Sidney A. “A praça é nossa!” Faces do preconceito num bairro paulistano. In *Revista Travessia*. São Paulo. v. 51, p. 39-44, Janeiro – abril, 2005.

_____. Costurando sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo, Paulinas, 1997.

_____. Bolivianos em São Paulo. Fiestas devocionales y dinámica cultural. In RODRIGUEZ, Alain B. et al (orgs). Travesías de La Fe. Migración, religión y fronteras em Brasil/Mexico. Chiapas, UNICACH, 2007, p. 291-313.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: ed Brasiliense. 12 ed. 1990.

SOUCHAUD, Sylvain; BAININGER, Rosana. Collas e Cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. In *Rev. bras. estud. popul.* vol.25 no.2 São Paulo July/Dec. 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *Geografia: conceitos e temas*. Organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. 13 edição, Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.

XAVIER, Iara Rolnik. *A cidade de El Alto e os fluxos de bolivianos para São Paulo*. In Revista Travessia, São Paulo, v. 63, p. 12-19, Janeiro – abril, 2009. Publicação do CEM.

SITES CONSULTADOS:

<http://www.cedla.org/> [acessado em: 04/07/ 2014]

<http://www.cedla.org/content/2195> [acessado em: 04/07/ 2014]

http://www.cedla.org/sites/default/files/EXPOSICION%20EMPLEO%20JUVENIL%20Preforo%202014_0.pdf [acessado em: 04/07/ 2014]

http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/bolivianos/livro_bolivianos.pdf [acessado em: 08/07/ 2014]

<http://www.bcb.gov.br/?INDECO> [acessado em: 12/07/ 2014]

http://almanaque.folha.uol.com.br/bairros_bom_retiro.htm [12/072014]

<http://www.social.org.br/relatorio2003/relatorio021.htm> [acessado em: 12/07/14].

<http://www.amcham.com.br/estudos-e-pesquisas/indicadores-brasil/brasil-mantem-baixo-indice-de-desemprego-no-1o-trimestre-de-2014-8097.html> [acessado em: 14/07/ 2014]

http://www.trtsp.jus.br/NOTICIAS/Pesquisa_trabalho_escravo.pdf [acessado em: 29/09/2015]

<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=776&olt=110> [acessado em: 14/07/ 2014]

<http://www.ine.gob.bo/> [acessado em: 03/03/ 2015]

http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=25092004D%20453260000 [acessado em: 08/01/ 2015]

<http://portal.mte.gov.br/obmigra/imigracao/> [acessado em: 03/12/ 2014]

<http://cedla.org/content/47722> [acessado em: 03/02/ 2015]

http://www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt_bra-ext-law-6815.html [acessado em: 16/04/ 2015.]

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=113700 [acessado em: 16/04 /2015.]

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/programas/index.php?p=5657> [acessado em 23/06/15.]

http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/organizacoes_de_frenteira_em_corumba-ms.pdf [acessado em 15/05/2014].
<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1714>, [acessado em 23/04/2010.]